

Apresentação

O Boletim Econômico Capixaba é uma publicação mensal do Instituto de Desenvolvimento Educacional e Industrial do Espírito Santo (Ideies), entidade da Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo (Findes) e apresenta as principais análises e indicadores da economia brasileira e capixaba.

O objetivo do Boletim é reunir os últimos dados disponíveis para cada área. Assim, para algumas como produção física, comércio, serviços e crédito, a última informação refere-se a setembro de 2019. Para outras, como inflação, comércio exterior e finanças públicas, os números mais recentes são de outubro de 2019. Os dados apresentados são aqueles disponíveis até o dia 27/11/2019.

A publicação está dividida em oito seções. A primeira se alterna a cada mês, ora trazendo um **Assunto em Destaque**, ora um **Especialista Convidado**. Nesta edição, o assunto em destaque são as quedas da taxa Selic e dos juros reais no Brasil.

A segunda seção – **Cenário Econômico** – mostra que a atividade econômica do país tem alta de 0,99% em 12 meses, contados até setembro. Já a inflação acumulada em 12 meses até outubro caiu para 2,54% no Brasil e 1,71% para a Grande Vitória.

A terceira seção – **Mercado de Trabalho** – aponta que, segundo a PNAD Contínua Trimestral, a taxa de desocupação para o Brasil reduziu para 11,8% no 3º trimestre de 2019, e para o Espírito Santo alcançou 10,6%.

Na quarta seção – **Desempenho Industrial** – os dados da produção física de setembro mostram que a indústria brasileira teve alta de 0,3% no mês, enquanto a capixaba subiu 2,5%. No acumulado em 12 meses até setembro, a indústria nacional registrou desempenho negativo na produção física (-1,4%), enquanto no Espírito Santo a queda é de -8,7%.

A quinta seção – **Comércio Exterior** – mostra que as balanças comerciais do Brasil e do Espírito Santo seguem superavitárias no acumulado do ano até outubro. A balança nacional acumula superávit de US\$ 34,9 bilhões, e a capixaba de US\$ 2,5 bilhões.

A sexta seção – **Crédito** – traz o saldo da carteira total no mês de setembro, com aumento de 1,0% para o país e de 0,4% para o estado, em relação a agosto. Na comparação anual contra agosto de 2018, o crédito nacional acumula alta de 5,8% e o capixaba tem aceleração de 7,9%.

A sétima seção – **Finanças Públicas Estaduais** – aborda os resultados da arrecadação e dos gastos do Governo do Estado. A receita total no acumulado do ano até outubro chegou a R\$ 15,9 bilhões, enquanto as despesas alcançaram R\$ 11,6 bilhões.

A última seção apresenta os **Comentários Finais**.

Além deste documento com as análises completas, o Ideies disponibiliza todo os gráficos e tabelas deste Boletim em formato de planilha, possibilitando uma nova forma de visualizar e interagir com os dados. Você pode baixar o arquivo em: http://bit.ly/DadosBEC_novembro19.

Ótima leitura!

Seções

1. Assunto em Destaque – As quedas da Selic e dos juros reais no Brasil	02
2. Cenário Econômico	07
3. Mercado de Trabalho	11
4. Desempenho Industrial	14
5. Comércio Exterior	18
6. Crédito	21
7. Finanças Públicas Estaduais	25
8. Comentários Finais	31

1. Assunto em Destaque – As quedas da Selic e dos juros reais no Brasil

Na última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) ocorrida no final de outubro, a Selic foi reduzida pela terceira vez consecutiva e renovou o seu patamar mínimo histórico, alcançando 5,00% ao ano¹.

A Selic, taxa básica de juros da economia, é o principal instrumento de política monetária utilizado pelo Banco Central (BC) para controlar a inflação e possui influência nas demais taxas praticadas no país, como as de captação e as de aplicação.

A taxa de captação incide sobre as instituições financeiras e torna a captação de recurso mais ou menos vantajosa para elas - a depender da Selic. Por sua vez, as taxas de aplicação, que têm se mostrado resistentes à queda da Selic, influenciam os juros cobrados ao consumidor final na hora de tomar os empréstimos.

Considerando a série histórica da Selic a partir de junho de 1999, com a implantação do sistema de metas de inflação, diferentes motivos ocasionaram as oscilações da taxa de juros básica da economia brasileira.

A adoção do câmbio flutuante em 1999 desvalorizou o real e impactou diretamente no aumento dos demais preços da economia. À época da eleição presidencial de 2002 incertezas quanto à condução da política monetária em um novo governo pressionaram a economia, com inflação chegando a 12,5% e a Selic aos 25% a.a.

Entre 2007 e 2010 a inflação esteve mais controlada ao redor da meta de 4,5%, mas houve um pontual movimento de elevação na Selic entre 2008 e 2009 no contexto da crise financeira internacional³ e com preocupações do BC com a aceleração da inflação.

Em outubro de 2012 o BC reduziu a taxa de juros ao patamar, então histórico, de 7,25%. Em ata⁴, o Copom justificou a redução com base na deterioração do cenário internacional (crise financeira europeia) e no ritmo mais intenso da atividade doméstica.

Esta redução foi diagnosticada por muitos especialistas como artificial, pois a inflação começou a apresentar sinais de aceleração em meados de 2012.

Naquele ano, o país registrou taxas de juros reais baixas (de 1,82% em julho de 2012 a 1,45% em janeiro de 2013), mas que não se sustentaram no longo prazo. Em meados de 2013, o BC retomou a trajetória de elevação das taxas de juros, mudando o tom da justificativa⁵, que passou a ser baseada no crescimento do consumo das famílias, na retomada do investimento e na depreciação da taxa de câmbio.

Em 2015, para controlar a inflação que se encontrava em elevados níveis, chegando a dois dígitos, o BC passou a aumentar consecutivamente a Selic. Os preços administrados, que haviam sido represados em 2013⁶, foram realinhados em 2015 de tal forma que, juntamente com a desvalorização cambial, a inflação atingiu 10,36% em fevereiro de 2016 e permaneceu acima do teto até o final do ano.

Foi a partir do final de 2016 que se iniciou a trajetória mais recente de redução da Selic. Desde então, outros cortes ocorreram, até a estagnação da taxa em 6,50% que durou de março de 2018 até agosto de 2019, quando um novo ciclo de cortes foi iniciado.

¹ A meta para a taxa Selic é definida pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do BC e passa a ser a taxa de juros apurada nas operações de empréstimos de um dia entre as instituições financeiras que utilizam títulos públicos federais como garantia.

² A justificativa do BC baseou-se na crise de confiança a respeito da economia brasileira e na aversão ao risco nos mercados internacionais.

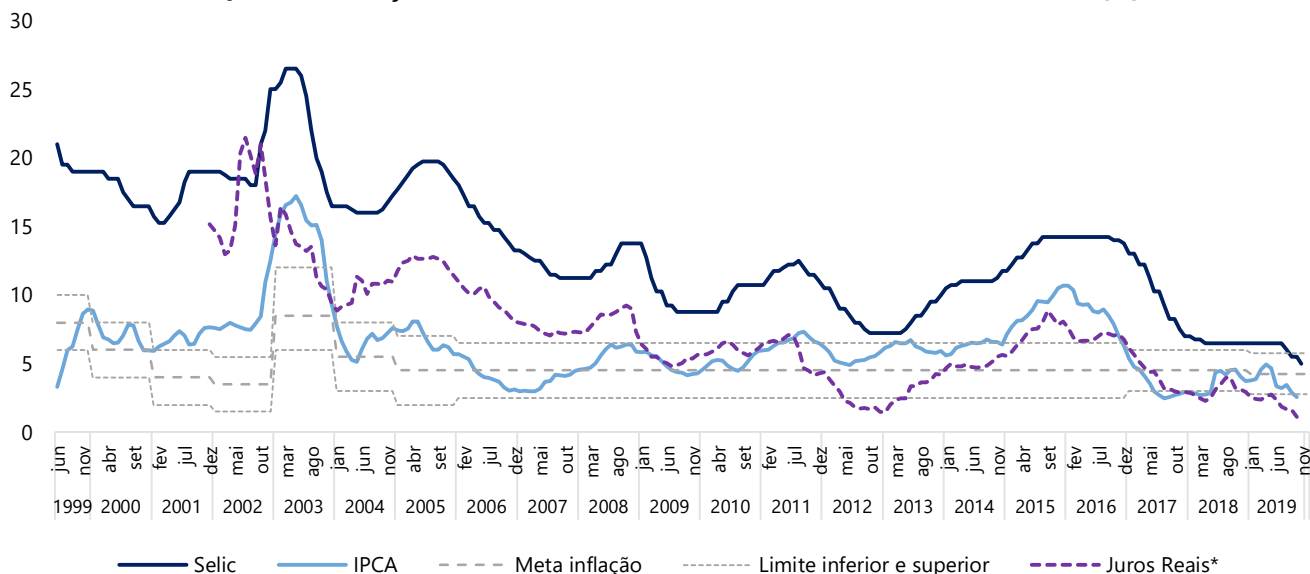
³ Enquanto o Fed cortava a taxa de juros americana até atingir o intervalo entre 0% e 0,25%, o BC mantinha a taxa de juros brasileira em 13,75%, até começar a cair a partir de janeiro de 2009.

⁴ Veja análise completa em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/atascopom/17102012>

⁵ Veja mais na ata da reunião do Copom em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/atascopom/09102013>

⁶ Naquele período, o governo rebaixou as tarifas de energia elétrica e, ao zerar a alíquota sobre a comercialização interna de combustível, deixou de repassar ao consumidor o reajuste feito pela Petrobras, que reagiu à alta do preço internacional do barril de petróleo.

Gráfico 1 - Evolução da Selic, IPCA acumulado em 12 meses e Juros Reais (%)



Fontes: Banco Central do Brasil; IBGE; LCA

Elaboração: Ideies / Findes

*Série contabilizada a partir da disponibilidade de dados retirados do Relatório Focus do Banco Central.

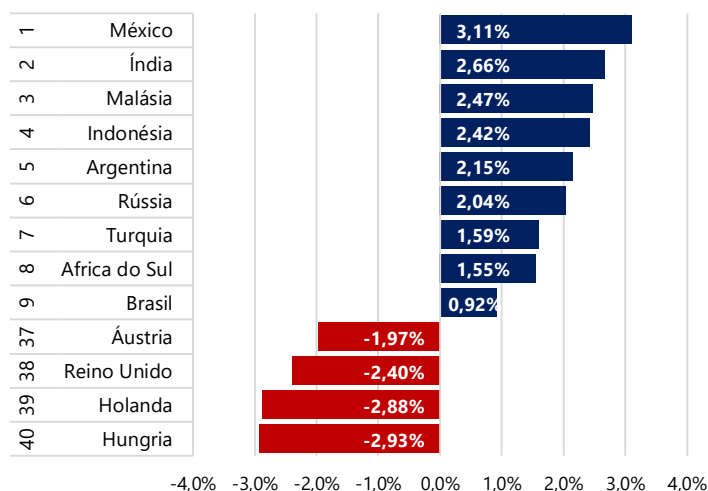
Já em outubro de 2019, com a Selic na sua mínima histórica em 5,00%, a taxa de juros real atingiu 1,13%, também o seu menor patamar histórico (vide Gráfico 1). Esta queda dos juros reais, iniciada em maio deste ano, é verificada pelas reduções das expectativas da inflação e das taxas de juros nominais.

Além do controle da inflação, as mínimas históricas das taxas de juros hoje se sustentam (mesmo que no curto prazo) pelos seguintes motivos: elevada capacidade ociosa na economia, baixas taxas de inflação de países importantes no cenário internacional, perspectiva de melhora da economia brasileira baseada na agenda de reformas - efetivamente iniciada com a promulgação da Reforma da Previdência - e o controle das contas do governo⁷.

A queda da taxa de juros vai aproximando o Brasil dos padrões internacionais de juros reais dos países mais desenvolvidos.

De acordo com o ranking mundial MoneYou em parceria com a Infinity Asset Management⁸, pela primeira vez a taxa de juros reais brasileira alcançou a casa de um dígito, descendo para a nona colocação do ranking dos 40 países mais relevantes do mercado de renda fixa, cuja liderança foi do Brasil por um bom tempo, até abril de 2017.

Gráfico 2 - Ranking das taxas de juros reais dos 40 países mais relevantes do mercado de renda fixa



Fonte: MoneYou com parceria com a Infinity Asset Management
Elaboração: Ideies / Findes

⁷ No acumulado do ano até setembro, as contas do setor público se encontram deficitárias em R\$42,3 bilhões, abaixo do verificado para o mesmo período do ano passado (R\$ 82,1 bilhões), e consideravelmente inferior à meta de R\$ 139 bilhões. Em 18 de novembro, o ministro da Economia anunciou que as contas do governo encerrarão 2019 com déficit de R\$80 bilhões.

⁸ Ranking mensal que apura os Juros Reais dos 40 países mais relevantes do mercado de renda fixa mundial.

A redução dos juros é um movimento que ocorre nos principais países e blocos econômicos do mundo.

A Zona do Euro sofreu duas recessões econômicas (2008-2009 e 2011-2014), um prolongado episódio de baixa inflação e uma tendência de queda do desemprego desde 2013⁹. Desde março de 2016, as taxas de juros de referência do Banco Central Europeu (BCE) são praticamente nulas, o que indica que o BCE empresta dinheiro sem custo às entidades bancárias, na expectativa de preservar as condições favoráveis de financiamento da economia.

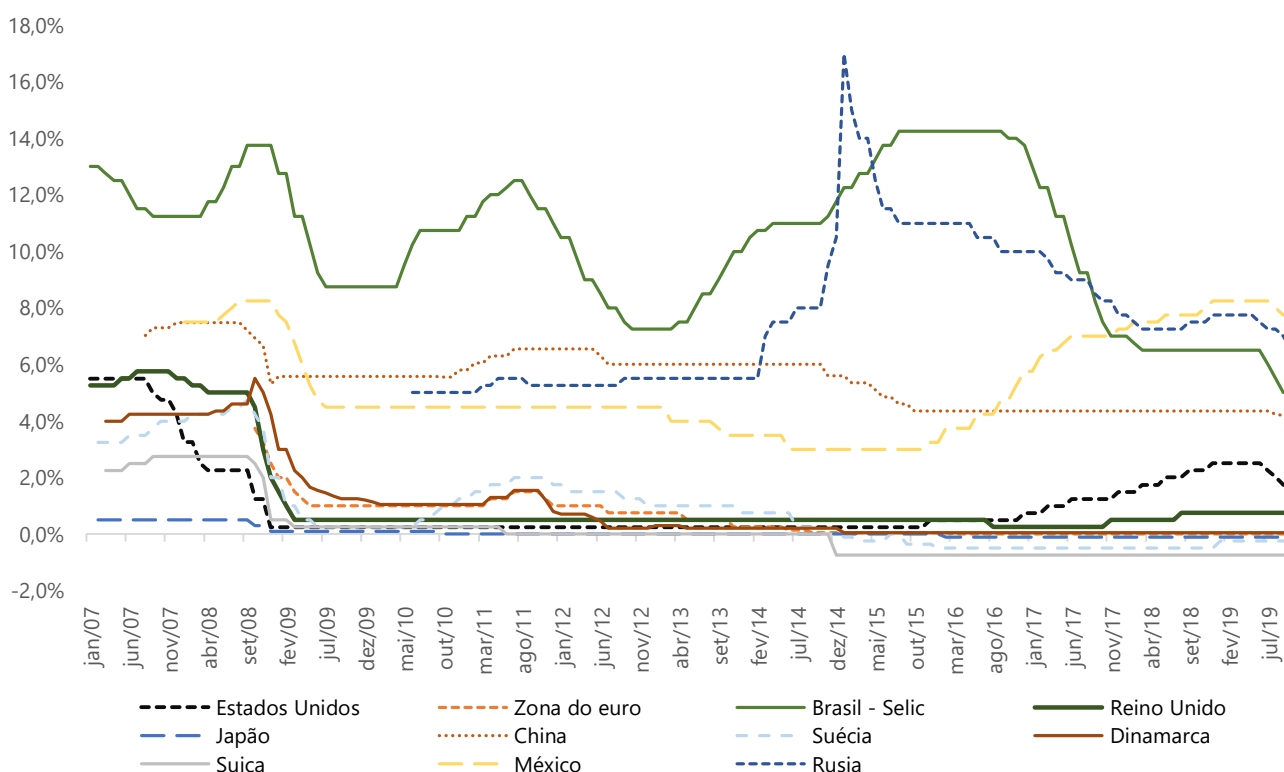
Outras economias europeias de menor tamanho também reduziram suas taxas, como foi o caso da Suíça, que já vem há anos com taxas de juros negativas para frear as fortes tensões de apreciação da sua moeda, por ser considerada pelos investidores como um ativo de refúgio internacional.

Por sua vez, a economia japonesa passa por um período de crescimento moderado e de baixos níveis de inflação, apesar de manter alinhada sua taxa em valores negativos.

Nos Estados Unidos, ao final de 2008 o Banco Central Americano, o Federal Reserve (Fed), baixou as taxas de juros a níveis excepcionalmente baixos, em seu mínimo histórico na margem de 0,0%-0,25% até finais de 2015. Em dezembro de 2015 começou um novo ciclo de altas (0,25%-0,5%) que finalizou em dezembro de 2018, situando o intervalo das taxas de juros entre 2,25% e 2,5%¹⁰.

No decorrer de 2019, o Fed realizou o terceiro corte de 0,25 p.p., deixando os juros em 1,75% e revertendo, assim, quase todos os aumentos realizados em 2018.

Gráfico 3 - Evolução das taxas de juros dos bancos centrais das maiores economias e de países emergentes



Fontes: datosmacro.expansion.com e pt.global-rates.com

Elaboração: Ideies / Findes

⁹ https://www.ecb.europa.eu/pub/economic-bulletin/articles/2019/html/ecb.ebart201904_02~d438b3e4d4.en.html#toc2

¹⁰ A taxa de juros americana refere-se à *Federal Funds Rate*, que são os juros cobrados entre os bancos para os empréstimos de um dia, denominados empréstimos *overnight*. Esta taxa de juros é determinada pelo mercado e não especificamente pelo Fed. O Fed procura alinhar a taxa de juros efetiva com a taxa de juros pretendida por meio da reposição ou retirada de dinheiro do volume disponível no mercado. <https://pt.global-rates.com/taxa-de-juros/bancos-centrais/banco-central-estados-unidos/juros-fed.aspx>

Atualmente, o panorama da economia norte-americana é favorável, apesar da falta de pressões que impulsionem alta nos preços¹¹. Diante do cenário da desaceleração do crescimento global e a incerteza das políticas comerciais, o Fed não descarta novos cortes na taxa americana.

No Brasil, uma influência importante dos efeitos da política monetária é sentida no mercado de crédito. Os cortes de juros contribuem para um novo ciclo de crescimento do crédito, abrindo maior espaço para o setor privado (efeito crowding-in)¹² e para uma nova fase de transformação tecnológica do sistema financeiro. Em setembro, as instituições privadas cresceram 1,9% no volume de crédito, e os investimentos privados avançaram 1,4%, encerrando o terceiro trimestre com aumento de 2,1%, sempre em relação ao período anterior.

De acordo com a última nota divulgada pela Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Economia (2019)¹³, embora o crescimento econômico apresente uma retomada relativamente lenta, o movimento positivo da economia no segundo trimestre (1,0%) tem sido influenciado, sobretudo, pelo desempenho do setor privado. O avanço no mercado de crédito e no emprego corroboram a percepção da retomada da atividade privada. Com cenário atual de juros baixos, se as reformas econômicas avançarem e a incerteza quanto ao rumo da economia diminuir, o efeito do crowding-in será muito benéfico para o país¹⁴.

Além disto, o próprio controle do crescimento da dívida pública também é ajudado por taxas de juros mais baixas, visto que o governo se endivida a partir da emissão de títulos públicos atrelados às taxas de mercado (sejam pré ou pós-fixadas) e influenciadas pelas expectativas dos agentes.

Outra implicação da operação da economia com baixos patamares de taxas de juros (nominais e reais) é o deslocamento da vantagem comparativa dos investimentos, da renda fixa para a renda variável.

Ou seja, a tomada de investimentos pouco produtivos e praticamente sem riscos, como a poupança ou os títulos públicos, até então remunerados por altas taxas de juros, perde espaço para investimentos com maior risco, mas com possibilidade de remuneração mais elevada, baseados na economia real e em atividades produtivas.

O gráfico 3 mostra uma possível influência da política monetária nos movimentos do mercado de ações brasileiro. O Ibovespa registrou um dos índices nominais mensais mais altos em outubro, fechando sua máxima histórica em quase 105 mil pontos. A taxa de juros também tem impacto sobre a precificação e a rentabilidade dos fundos de investimentos de renda fixa. A rentabilidade da poupança, por exemplo, vem apresentando uma trajetória de queda de acordo com dados da Anbima (2019)¹⁵, enquanto a rentabilidade do Ibovespa, apesar de mais volátil e influenciada por outros indicadores e expectativas, apresenta uma tendência de alta.

De acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI)¹⁶, a política monetária tem sido importante para o apoio ao crescimento nas economias avançadas e nas emergentes, ante às baixas taxas de inflação, ao enfraquecimento da indústria de transformação e às incertezas do comércio mundial.

De acordo com a instituição, os principais bancos centrais acertaram ao reduzir as taxas de juros para atenuar os impactos da deterioração do crescimento e do afastamento das expectativas de inflação do entorno das metas. Sem esse estímulo, o crescimento mundial projetado para 2019 (3,0%) e para 2020 (3,4%) seria reduzido em 0,5 p.p.

O FMI aponta que a política monetária deve ser acompanhada de respaldos fiscal e regulatório que visem estabilizar o sistema financeiro, e também da realização de

¹¹ O índice de preços dos Estados Unidos exclui de seu cálculo componentes voláteis como os preços da energia e gêneros perecíveis.

¹² Refere-se ao aumento da participação do setor privado no mercado de crédito devido ao novo direcionamento do BNDES. Os desembolsos do BNDES caíram de R\$ 129,6 bilhões em 2014 para R\$ 38,0 bilhões no saldo acumulado até setembro deste ano.

¹³ Veja íntegra da nota de 11 de novembro/2019, disponível em <http://www.economia.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/notas-informativas/2019/retomada-via-setor-privado-spe-pib.pdf/view>

¹⁴ A retomada da confiança dos agentes econômicos também impacta a economia. A recente frustração do leilão com a pré-sal por exemplo, além de refletir a percepção de incerteza no ambiente externo, explicita as fragilidades estruturais da economia que devem ser reduzidas por meio das políticas econômicas em curso.

¹⁵ Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.

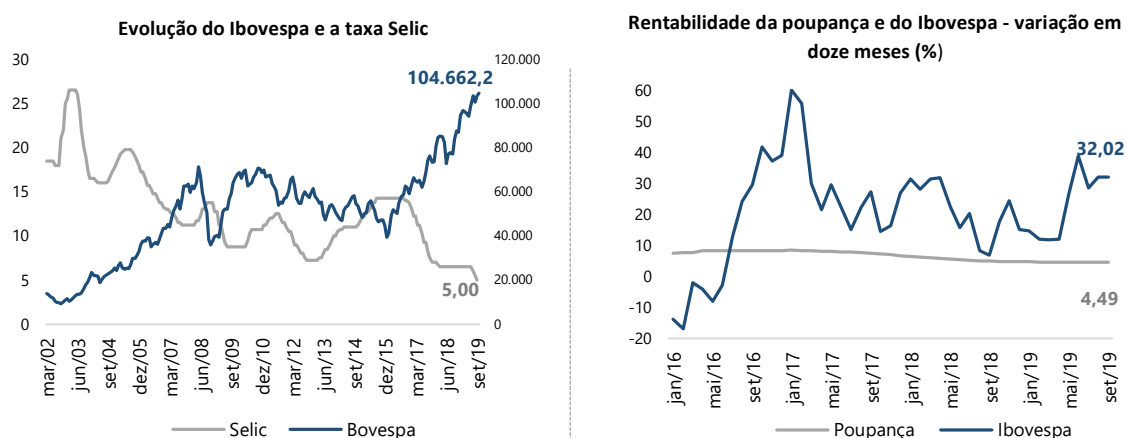
¹⁶ Veja relatório completo: <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2019/10/01/world-economic-outlook-october-2019>

reformas estruturais para aumentar a produtividade, melhorar a resiliência e reduzir a desigualdade.

O Brasil vem tomando medidas neste sentido, como a reforma tributária, a reforma administrativa, a reforma da Previdência¹⁷, bem como a agenda de reformas microeconômicas do Banco Central, que complementam à

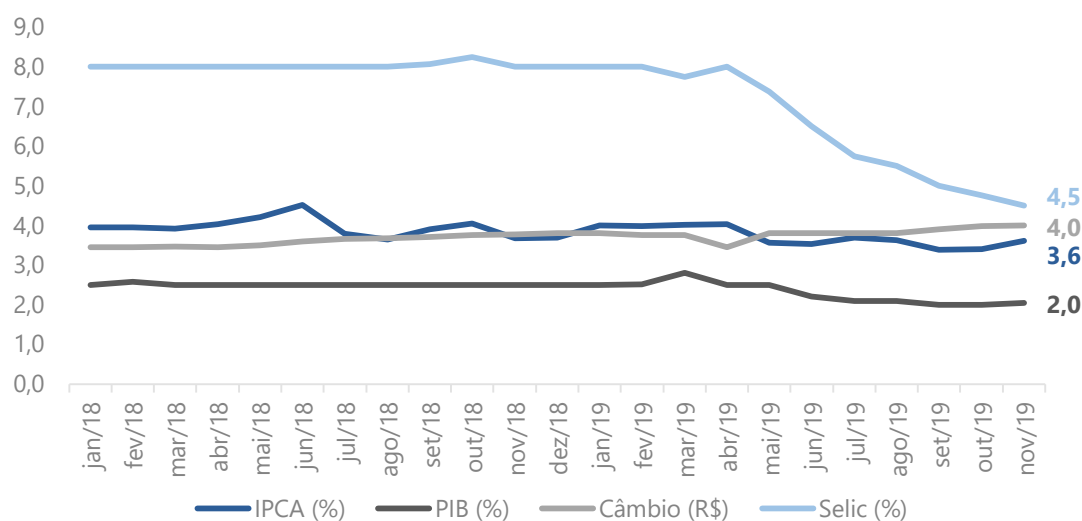
política monetária em favor do crescimento sustentável da economia. Como aponta o Relatório Focus, as expectativas para a inflação em 2019 e nos próximos anos são de alinhamento à meta. Já para a Selic, espera-se mais um corte de 0,50 p.p. ainda neste ano, mantendo-se neste patamar em 2020, aumentando em seguida para 6,00% em 2021 e 6,50% em 2022.

Gráfico 4 - Evolução do índice Bovespa e a da rentabilidade da poupança e do Ibovespa



Fonte: Anbima
Elaboração: Ideies/ Findes

Gráfico 5 – Evolução da mediana¹ das expectativas de mercado para o ano de 2020 - Relatório Focus



Nota 1: o gráfico registra a mediana das expectativas de mercado para alguns dos indicadores presentes no Relatório Focus, mostrando a evolução das projeções realizadas para o ano de 2020 ao longo de todo o período selecionado.

Fonte: Relatório Focus, BC
Elaboração: Ideies/ Findes

¹⁷ A Reforma da Previdência foi promulgada pelo Congresso Nacional em 12/11/19. Em 20/11/2019, o Senado aprovou em segundo turno a PEC Paralela (PEC 133/2019), que inclui os estados e municípios na reforma da Previdência. Em novembro também foi enviado o conjunto de Propostas de Emenda à Constituição, o "Pacote Mais Brasil" composto por três PECs, que tratam do pacto federativo, de fundos públicos e de ações emergenciais em relação aos gastos públicos.

2. Cenário Econômico

No dia 12 de novembro o Congresso Nacional promulgou a Emenda Constitucional nº 103, que trata da Reforma da Previdência. As novas regras do sistema previdenciário entraram em vigor a partir de então. O texto base dessa reforma, enviada pelo governo ao Congresso em fevereiro, passou por mudanças até ser aprovado¹⁸. Com isso, o cálculo da economia com a reforma inicialmente estimado em R\$ 1,237 trilhão, passou para R\$ 800 bilhões em dez anos.

Logo após, em 20 de novembro, o Senado aprovou em segundo turno a PEC Paralela (PEC 133/2019), que inclui os estados e municípios na reforma da Previdência. A proposta segue para discussão na Câmara dos Deputados em que, apesar da resistência de alguns parlamentares, tende a ser aprovada em 2020.

As atenções se voltam agora às outras agendas de reformas da economia. Também em novembro, o ministro da Economia, Paulo Guedes, enviou ao Congresso três propostas de emendas à Constituição (Emergencial; Pacto Federativo e Fundos Públicos). As duas primeiras têm por finalidade dar mais autonomia aos estados e municípios quanto à gestão dos recursos, enquanto a terceira redirecionaria os fundos públicos à União em detrimento

de setores específicos. Neste íterim, espera-se que a reforma administrativa seja entregue ao Congresso somente no ano que vem, e que a reforma tributária seja ainda mais tardia.

Outro ponto de destaque deste mês é a alta do dólar, que bateu recorde nominal ao atingir R\$ 4,2771 no dia 26 de novembro. Como resposta a esta alta histórica do dólar, neste mesmo dia o Banco Central anunciou o leilão de no mínimo US\$ 1 milhão de dólares, por instituição, no mercado à vista. Em outubro, o déficit em transações correntes foi de US\$ 7,9 bilhões, resultado da redução das exportações e aumento das importações, que impactaram no superávit da balança comercial.

Quando questionado sobre a alta do dólar do dia 18 de novembro, que atingiu R\$ 4,20, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto ressaltou que a depreciação do câmbio não deteriorou as expectativas da inflação¹⁹.

No acumulado em 12 meses até outubro, a inflação medida pelo IPCA está em 2,54%, abaixo da verificada em setembro (2,89%) e do centro da meta para 2019 (4,25%).

Tabela 1 - Variação (%) do IPCA – outubro de 2019

Período	Brasil	RMGV
Índice Mensal	0,10	0,29
Preços Livres	0,18	0,15
Preços Administrados	-0,11	0,64
Acumulado no Ano	2,60	2,02
Preços Livres	1,15	0,87
Preços Administrados	3,81	1,89
Acumulado em 12 meses	2,54	1,71
Preços Livres	2,66	2,46
Preços Administrados	2,21	-0,34

Fonte: IBGE/Ideies

Elaboração: Ideies / Findes

¹⁸ Entre alguns pontos modificados estão: a aposentadoria de mulheres e de professores (prestes a se aposentarem), a redução do tempo mínimo de homens na iniciativa privada, a retirada do regime de capitalização, a rejeição das restrições ao abono salarial para aqueles que recebem até dois salários mínimos.

¹⁹ Veja mais em: <https://valor.globo.com/financas/noticia/2019/11/20/pressao-recente-sobre-o-dolar-reflete-cessao-onerosa-e-al.ghml>

Nesta base de comparação, os preços livres acumularam alta de 2,66% e os preços administrados de 2,21%. Ambas as modalidades se encontram abaixo do registrado no mesmo mês do ano passado, quando os preços livres atingiram 2,74% e os administrados 9,78%.

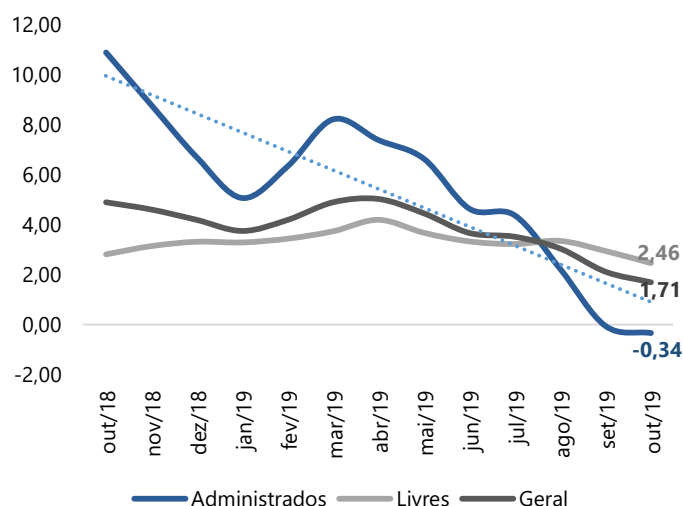
Na análise dos preços administrados com os maiores pesos no acumulado em 12 meses até outubro, a gasolina apresentou deflação de -7,52%, enquanto energia elétrica residencial aumentou 0,99%, os produtos farmacêuticos 2,27%, e os planos de saúde 8,68%.

Na passagem de setembro para outubro, a inflação acelerou 0,10% ante a deflação de -0,04% do mês de setembro. Nesta análise mensal, os preços livres cresceram 0,18% puxados pela carne (1,77%) e pelos artigos do vestuário (0,63%), enquanto os administrados caíram -0,11%, influenciados pela energia elétrica (-3,22%). A bandeira tarifária da energia elétrica passou de vermelha I em setembro para amarela em outubro, reduzindo o custo do kw/h²⁰.

Na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), a inflação cresceu 1,71% no acumulado em 12 meses, ficando abaixo da verificada em setembro (2,13%) e do patamar do Brasil (2,54%). A inflação permanece na trajetória declinante iniciada em maio, puxada pelos preços administrados.

Após deflação de -0,02% de setembro, a inflação da RMGV em outubro aumentou 0,29% em relação ao mês anterior. Nesta análise mensal, tanto os preços administrados (0,64%) quanto os preços livres (0,15%) cresceram. Sete dos nove grupos que compõem o IPCA aumentaram em relação a setembro: Educação (5,08%), Alimentação e bebidas (3,71%), Saúde e cuidados pessoais (2,86%), Despesas pessoais (2,73%), Artigos de residência (2,54%), Vestuário (1,17%) e Comunicação (0,29%).

Gráfico 6 - Variação (%) acumulada em 12 meses do IPCA da RMGV



Fonte: IBGE/Ideies

Elaboração: Ideies / Findes

Em relação ao Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) foi registrado crescimento de 0,99% no acumulado em 12 meses até setembro e de 0,80% no acumulado do ano.

O IBC-BR fechou o terceiro trimestre com alta de 0,91% em relação ao segundo trimestre, com ajuste sazonal. Após os resultados negativos do primeiro (-0,46%) e segundo (-0,08%) trimestres, este crescimento aponta para uma recuperação gradual da economia brasileira.

Sendo assim, espera-se um desempenho moderado do PIB do terceiro trimestre, seguido de um PIB maior no último trimestre. Com a liberação do FGTS e a redução das taxas de juros, a expectativa é de uma melhora do consumo das famílias no final de ano.

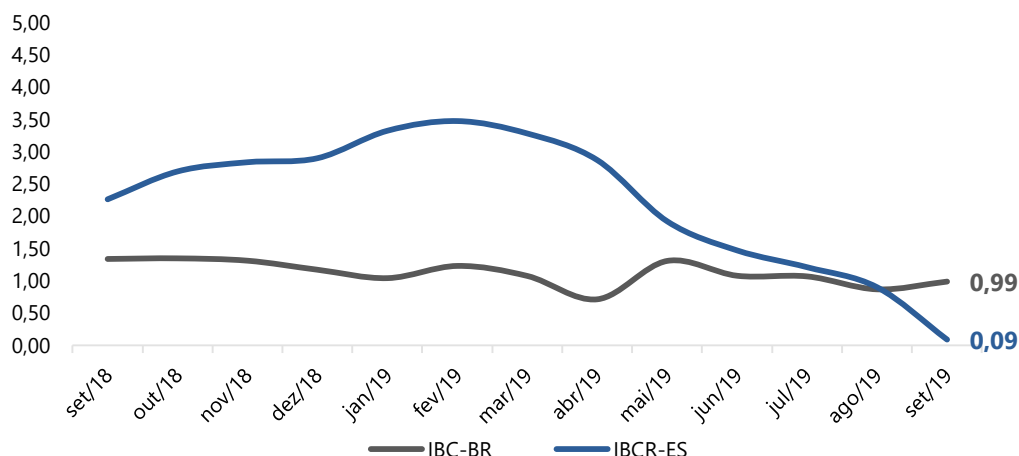
O IBCR do Espírito Santo cresceu 0,09% no acumulado em 12 meses até setembro. Apesar de positivo, o indicador

²⁰ As bandeiras tarifárias que constam nas contas de luz dos brasileiros são definidas pela Aneel. Seguindo as cores do semáforo, estas bandeiras representam os custos advindos da geração de energia elétrica, e que serão repassados ao consumidor final, independentemente do consumo individual.

vem registrando patamares cada vez menores desde o início do ano. No acumulado do ano, o IBCR retraiu -0,94%, quarta queda consecutiva nesta base de comparação.

Na análise trimestral, o IBCR-ES contraiu -0,15% em relação ao segundo trimestre, mantendo o desempenho negativo também registrado no primeiro (-0,51%) e segundo (-1,25%) trimestres, sempre com ajuste sazonal.

Gráfico 7 - IBCR-BR e IBCR-ES - Variação (%) acumulada em 12 meses

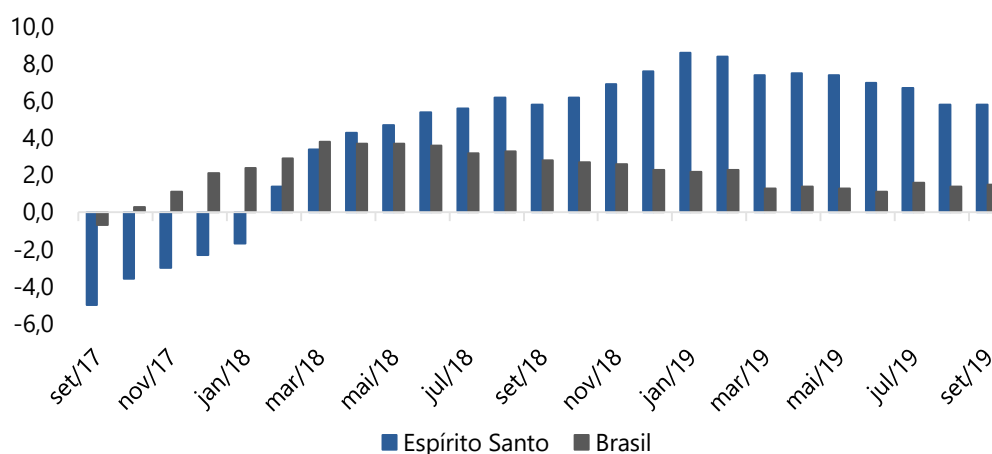


Fonte: Banco Central do Brasil
Elaboração: Ideies / Findes

As pesquisas mensais do IBGE demonstram o desempenho positivo do Brasil no comércio varejista e no setor de serviços, que acumularam altas de 1,5% e 0,7%, respectivamente, em 12 meses até setembro²¹. Já a indústria nacional recuou -1,4% neste período. No Espírito Santo, o volume de vendas no comércio aumentou 5,8%, enquanto os setores industrial e de serviços recuaram -8,7% e -0,7%, respectivamente.

Na passagem do segundo para o terceiro trimestre, o setor de serviços aumentou 0,8% no Brasil e 1,7% no Espírito Santo, e o volume de vendas no comércio cresceu 1,6% no Brasil e 0,1% no Espírito Santo – descontados os ajustes sazonais. Na análise trimestral, a indústria brasileira recuou -1,2% e a indústria capixaba -14,9%.

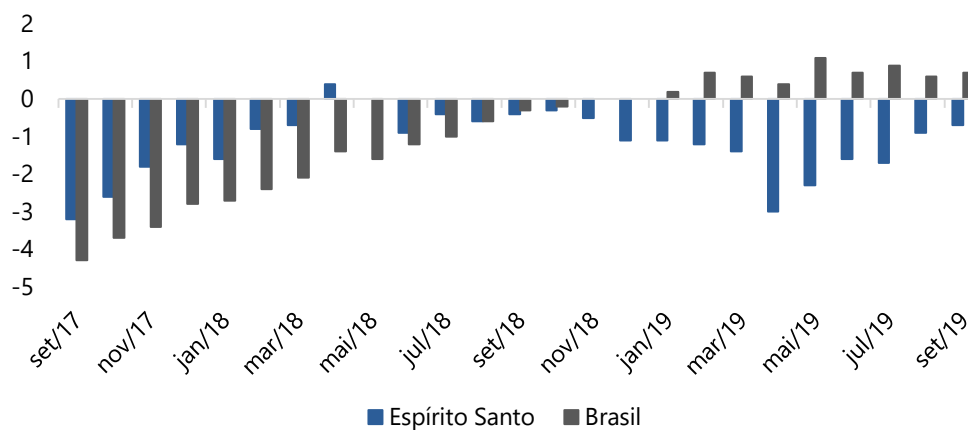
Gráfico 8 - Volume de vendas no comércio varejista - Variação (%) acumulada em 12 meses



Fonte: IBGE
Elaboração: Ideies / Findes

²¹ Em novembro acontece a "Black Friday", o dia em que, originalmente na cultura norte americana, o comércio realiza grandes promoções. No Brasil, os descontos passaram a se estender para a semana e até mesmo para todo o mês e, nos últimos anos, o consumo de novembro começou a sentir os seus efeitos. Por ser um acontecimento recente no varejo brasileiro, os modelos da pesquisa conjuntural podem não capturar o efeito real desse fenômeno.

Gráfico 9 - Volume de serviços - Variação (%) acumulada em 12 meses



Fonte: IBGE
Elaboração: Ideies / Findes

Tabela 2 - Indicadores Econômicos (variações %)

Indicadores Mensais	Set 2019 / Ago 2019 ¹	Set 2019 / Set 2018	Acumulada no ano	Acumulada em 12 meses
Índice de atividade econômica (IBC-BR)	0,44	2,11	0,80	0,99
Índice de atividade econômica regional ES	0,85	-1,92	-0,94	0,09
Produção Física da Indústria (PIM-PF) Brasil	0,3	1,1	-1,4	-1,4
Produção Física da Indústria (PIM-PF) ES	2,5	-14,1	-13,0	-8,7
Volume de vendas do comércio (PMC) Brasil	0,7	2,1	1,3	1,5
Volume de vendas do comércio (PMC) ES	4,0	3,6	5,0	5,8
Volume de vendas do comércio varejista ampliado ² - Brasil	0,9	4,4	3,6	3,8
Volume de vendas do comércio varejista ampliado ² - ES	2,6	1,6	4,6	6,3
Volume de vendas de serviço (PMS) - Brasil	1,2	1,4	0,6	0,7
Volume de vendas de serviço (PMS) - ES	-4,4	1,6	0,1	-0,7

¹ Valores com ajuste sazonal

² Comércio Varejista Ampliado, que abrange os segmentos Veículos, Motos e Peças; Material para Construção e Varejo Restrito

Fonte: IBGE e Banco Central do Brasil

Elaboração: Ideies / Findes

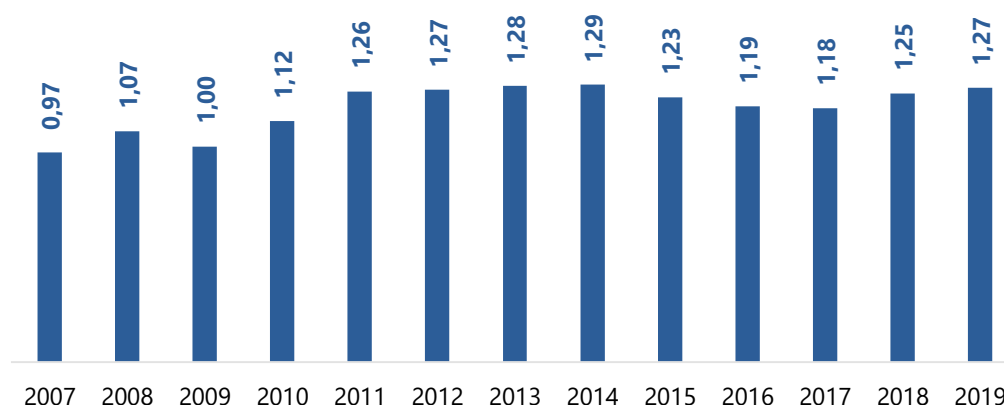
No acumulado de janeiro a outubro de 2019, a Receita Federal arrecadou R\$1,27 trilhão, registrando um crescimento real de 1,92% em relação ao mesmo período do ano passado.

Somente no mês de outubro, a arrecadação da Receita Federal totalizou R\$135,2 bilhões, praticamente estável (-0,02%) em relação ao mesmo mês do ano passado, e um acréscimo de 18,55% em relação a setembro.

De acordo com o órgão²², o desempenho do acumulado do ano pode ser explicado pelas arrecadações das parcelas de programas de regularização tributária (Parcelamentos – PERT/PRT) e pelas reorganizações societárias que afetaram os montantes do IRPL e da CSLL. O destaque do mês de outubro foi o imposto sobre a renda total, que aumentou 30,24% em relação a setembro.

²² Veja relatório completo em: <http://receita.economia.gov.br/dados/receitadata/arrecadacao/relatorios-do-resultado-da-arrecadacao/arrecadacao-2019/outubro2019/analise-mensal-out-2019.pdf>

Gráfico 10 - Arrecadação das Receitas Federais de janeiro a setembro – em R\$ trilhões¹



Nota 1: Valores deflacionados pelo IPCA de outubro/2019

Fonte: Ministério da Economia - Receita Federal

Elaboração: Ideies / Findes

3. Mercado de Trabalho

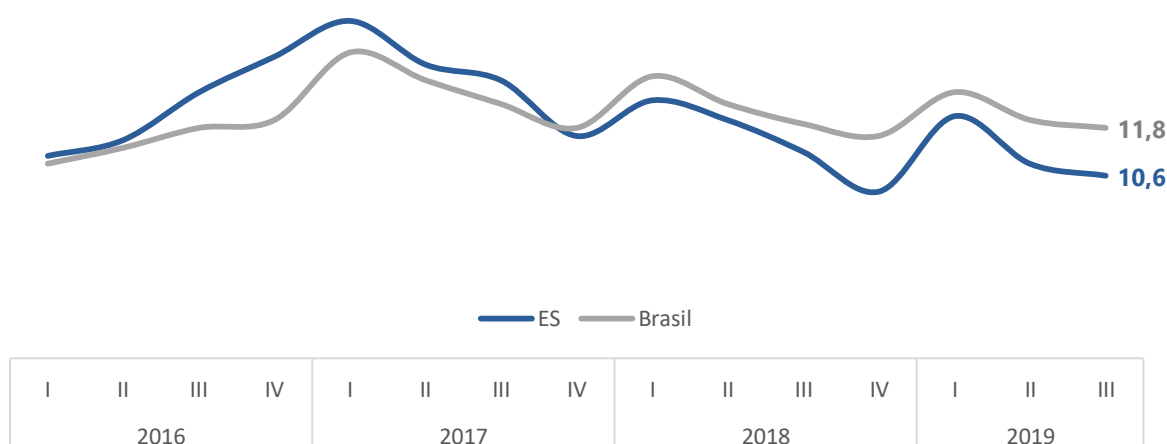
No 3º trimestre de 2019, a taxa de desocupação na economia brasileira ficou em 11,8%, de acordo com a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio Contínua Trimestral (PNADC/T) do IBGE²³.

Este resultado mostra uma redução de 0,1 p.p em relação à taxa do mesmo trimestre de 2018 e 0,3 p.p menor se

comparada aos meses de abril a junho de 2019. Em números absolutos foi estimado um total de 12,8 milhões de brasileiros fora do mercado de trabalho.

A quantidade de ocupados no Brasil aumentou 0,5% na passagem do 2º para o 3º trimestre de 2019, alcançando um montante de 93,3 milhões de pessoas. Desse total, 44,4% estavam em uma ocupação informal no país.

Gráfico 11 – Evolução da taxa de desocupação - Brasil e Espírito Santo (%)



Fonte: PNAD/IBGE

Elaboração: Ideies / Findes

²³ A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral (PNADC/T) fornece estatísticas sobre a inserção da população na força de trabalho e fora da força de trabalho. Essas informações advêm de uma pesquisa amostral em domicílios desenhada para fornecer informações trimestrais. Ou seja, ela se baseia em declarações das pessoas entrevistadas. Por meio de um método estatístico, os resultados da amostra são expandidos e estimados para representar toda a região pesquisada durante certo período, independente da natureza do trabalho, se formal ou informal. As definições da PNADC/T das variáveis utilizadas nesta seção estão no glossário no final da seção.

No Espírito Santo, 228 mil pessoas estavam desocupadas no 3º trimestre de 2019, resultando em uma taxa de desocupação de 10,6%.

Este percentual foi 1,2 p.p inferior à média nacional. Na comparação com os mesmos três meses de 2018, essa taxa no estado reduziu 0,7 p.p. Em relação ao 2º trimestre de 2019, houve uma queda de 0,4 p.p.

De modo geral, assim como o comportamento do mercado

de trabalho nacional, a proporção de pessoas desocupadas em relação ao total da força de trabalho capixaba permanece com a trajetória de redução iniciada no 1º trimestre de 2017 (gráfico 11).

Cerca de 1,9 milhão de capixabas estavam ocupados no período de julho a agosto de 2019. Aproximadamente 1,3 milhão exerciam uma posição de empregados e 449 mil trabalhavam por conta própria (com ou sem CNPJ). E, deste total de ocupados no estado, 44,0% exerciam uma posição informal.

Tabela 3 – Estimativas da PNADC/T para o Espírito Santo – 3º trim. de 2019

	3º trim. 2019	3º trim. 2019/ 2º trim.2019	3º trim. 2019/ 3º trim.2018
Taxas	(%)	Varição (p.p)	
Taxa de desocupação	10,6	-0,4	-0,7
Nível da ocupação	59,4	-0,7	1,5
Taxa de participação na força de trabalho	66,4	-1,0	1,1
Quantidade	(milhares)	Varição (%)	
Na força de trabalho	2.157	-1,3	2,1
Desocupados	228	-4,9	-4,1
Ocupados	1.930	-0,9	2,9
Empregado	1.270	-0,8	1,1
Empregador	94	3,3	7,8
Conta própria	499	-0,8	10,6
Trabalhador familiar auxiliar	66	-8,5	-17,9

Fonte: PNADC/IBGE

Elaboração: Ideies / Findes

Para análise especificamente do mercado de trabalho formal, são utilizadas as informações contidas no Cadastro Geral de Empregados (CAGED), que fornece estatística mensais sobre a movimentação dos empregados com carteira assinada²⁴. No período de janeiro a outubro de 2019, houve a admissão de 13,8 milhões de brasileiros e outros 13,0 milhões foram desligados. A diferença entres essas movimentações gerou um saldo líquido acumulado de 841,6 mil vagas celetista no país.

No mês de outubro, o saldo líquido no Brasil foi de +70,8 mil postos de trabalho formal, resultado acima do registrado no mesmo mês de 2018 (+57,7 mil).

Cinco dos sete setores econômicos expandiram a quantidade de vagas formais. Somente o comércio foi responsável por 56,5% das novas vagas celetista no país. Essa expansão de empregos formal no setor pode estar ligada a demanda de compras paras as festas de final de ano. Alguns especialistas apontam que essas contratações do comércio também podem ter relação com à liberação do FGTS, iniciada em meados de setembro²⁵. Os outros setores com criação líquida de emprego foram serviços (+19,1 mil postos), indústria de transformação (+8,9 mil postos), construção civil (+7,3 postos) e extrativa mineral (+344 postos).

²⁴ Ao contrário da pesquisa PNADC/T, o CAGED é um registro administrativo que é alimentado todo mês pelos estabelecimentos formalmente registrados (CNPJ). De acordo com a legislação, toda empresa formal precisa informar mensalmente a Secretária Especial de Previdência e Trabalho a movimentação do quadro de seus funcionários.

²⁵ Para maiores informações vide: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2019/11/22/emprego-formal-reforca-melhora-da-atividade.ghtml>

Tabela 4 - Evolução do Emprego Formal no Brasil e Espírito Santo - outubro de 2019

Período	Brasil			Espírito Santo		
	Admitidos	Desligados	Saldos	Admitidos	Desligados	Saldos
Outubro de 2019	1.365.054	1.294.202	70.852	28.902	26.989	1.913
Acumulado em 2019 (jan-out) *	13.823.560	12.981.971	841.589	302.421	282.123	20.298
Acumulado em 12 meses (nov/18 - out/19)*	16.053.423	15.491.237	562.186	351.874	332.152	19.722

(*) Dados sem ajuste das declarações fora do prazo.

(**) Valores ajustados por meio das declarações enviadas (até setembro de 2019) fora do prazo para a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho.

Fonte: ME / Caged

Elaboração: Ideies / Findes

O Espírito Santo criou +20,3 mil novas vagas de emprego formal no acumulado de 2019. Ao todo, 302,4 mil pessoas foram admitidas e outras 282,1 mil desligadas.

Neste período, todos os setores expandiram a quantidade de postos de trabalho com carteira assinada no estado. Os destaques foram serviços (56,3%), construção civil (13,3%) e indústria de transformação (12,5%) que juntos responderam por 82,1% do total de vagas celetista criadas

no estado em 2019.

Apenas em outubro no Espírito Santo foram admitidas 28,9 mil pessoas. Desta quantidade, 23,8 mil retornaram ao mercado de trabalho (reemprego), 2,5 mil estão sob regime de contrato de trabalho de prazo determinado e para 2,5 mil foi o primeiro emprego. Em contrapartida, houve o desligamento de 27,0 mil pessoas, 57,0% delas por demissões sem justa causa (vide tabela 5).

Tabela 5 – Quantidade de admitidos e desligados, por tipo de movimentação no mercado de trabalho - Espírito Santo, setembro/2019

Situação	Tipo de Movimentação	Qtd
Admitidos	Admissão por Primeiro Emprego	2.479
	Admissão por Reemprego	23.837
	Admissão por Reintegração	37
	Contrato Trabalho de Prazo Determinado	2.549
Desligados	Desligamento a Pedido	-5.745
	Desligamento por Acordo Empregado e Empregador	-420
	Desligamento por Aposentadoria	-7
	Desligamento por Demissão com Justa Causa	-233
	Desligamento por Demissão sem Justa Causa	-15.372
	Desligamento por Morte	-84
	Desligamento por Término de Contrato	-4.506
	Término Contrato Trabalho Prazo Determinado	-622
Total		1.913

Nota: Dados sem ajuste das declarações fora do prazo.

Fonte: ME / Caged

Elaboração: Ideies / Findes

A diferença entre a quantidade de admitidos e desligados gerou um saldo líquido de +1,9 mil vagas celetistas em outubro no estado.

Este resultado positivo foi acompanhado apenas por três dos sete setores econômicos. Assim como no país, o maior volume de contratações ocorreu no comércio (+1,8 mil vagas). Os outros setores com expansão de empregados foram serviços (+1,4 mil postos) e SIUP (+41).

As maiores reduções de vagas celetista ocorreram na indústria de transformação (-666 vagas)²⁶, construção civil (-332) e agropecuária (-233).

A média salarial em setembro no Espírito Santo foi de R\$1.461,2 para os admitidos e de R\$1.546,1 para os desligados. Ao comparar com setembro, esses valores tiveram uma variação real, respectivamente, de 2,0% e -0,9%.

Glossário PNADC/T:

- **População em idade ativa:** pessoas de 14 anos ou mais.
- **Na força de trabalho:** pessoas ocupadas e desocupadas na semana de referência da pesquisa.
- **População ocupada:** pessoas que trabalharam pelo menos uma hora ou que estavam temporariamente afastadas do trabalho na semana de referência da pesquisa.
- **População desocupada:** pessoas que estavam sem trabalho e tomaram alguma providência para conseguir-lo no período de referência de 30 dias.
- **População na força de trabalho:** pessoas ocupadas ou desocupadas na semana de referência da pesquisa.
- **Nível de ocupação:** Percentual de pessoas ocupadas na semana de referência em relação às pessoas em idade de trabalhar.
- **Taxa de participação na força de trabalho:** Percentual de pessoas na força de trabalho na semana de referência em relação às pessoas em idade de trabalhar.

4. Desempenho Industrial

No acumulado dos nove primeiros meses de 2019, a produção física da indústria brasileira reduziu em -1,4%, de acordo com a PIM-PF. Esse resultado negativo é consequência da menor produção tanto na indústria de transformação (-0,1%) como na extrativa (-9,8%).

A suspensão da produção de minério do Complexo de Vargem Grande em Mariana/MG é o principal motivo para menor produção na indústria extrativa neste ano. Em seu último relatório trimestral²⁷, a Vale S.A informou que espera retomar a produção que foi suspensa, de 30 mil toneladas (Mt), em 2020. Em 2021, a empresa planeja voltar a produzir as 25 Mt remanescentes ao rompimento da barragem.

Apenas no terceiro trimestre de 2019, a produção física da

indústria nacional recuou -1,2%. Entre as atividades industriais, as maiores reduções ocorreram em fabricação de outros equipamentos de transporte exceto veículos automotores (-10,1%) e em celulose e papel (-8,3%). Em relação a esta última, a Suzano S.A, maior empresa do segmento no país, afirmou que o seu volume de produção²⁸ no trimestre foi impactado pelas paradas programadas para manutenção em três unidades e por sua decisão em continuar produzindo abaixo da sua capacidade, visando a gestão dos seus estoques (atualmente acima dos patamares normais para a empresa).

Na passagem de agosto para setembro, a indústria brasileira cresceu 0,3%. Também apresentaram expansão três das quatro grandes categorias econômicas e 11 dos 26 ramos pesquisados.

²⁶ As atividades indústrias que influenciaram negativamente esse resultado da indústria de transformação foram: metalurgia (-235 vagas); indústria química e farmacêutica (-219); e papel, celulose e gráfica (-131).

²⁷ Veja mais: http://www.vale.com/PT/investors/information-market/quarterly-results/ResultadosTrimestrais/PREPORT3T19_p.pdf

²⁸ O setor vem enfrentando desequilíbrio entre oferta e demanda no mercado mundial de celulose e desvalorização do preço da celulose. Na comparação de 3T2019 contra o mesmo período do ano anterior, a Suzano S.A reduziu a sua produção total em -22,0%. Para mores detalhes, acesse o relatório da empresa em: http://ri.suzano.com.br/ptb/7870/13986_718500.pdf.pdf

Tabela 6 - Variação (%) da Produção Industrial, Brasil – setembro 2019

	Set. 2019 / Ago. 2019*	Set. 2019 / Set. 2018	Acumulada no ano	Acumulada nos últimos 12 meses
Indústria geral	0,3	1,1	-1,4	-1,4
Indústrias extrativas	-1,2	-2,7	-9,8	-6,5
Indústrias de transformação	0,9	1,6	-0,1	-0,6
Bens de Capital	-0,5	0,7	0,7	1,3
Bens Intermediários	0,2	0,1	-2,4	-2,3
Bens de Consumo	1,3	3,2	0,6	0,2
Bens de consumo duráveis	2,3	8,7	1,6	0,6
Bens de consumo semi- duráveis e não duráveis	0,5	1,9	0,4	0,1

(*) Dados com ajuste sazonal

Fonte: PIM-PF / IBGE

Elaboração: Ideies / Findes

A produção industrial no Espírito Santo acumula uma redução de -13,0% no período de janeiro a setembro de 2019. Este resultado é a queda mais intensa entre as 14 regiões pesquisadas pelo IBGE.

Nestes nove meses, a indústria extrativa (-17,2%) e a indústria de transformação (-8,7%) reduziram a sua

produção no estado. Apenas a atividade industrial de minerais não-metálicos (10,5%) obteve variações positivas. Esse resultado é influência da maior produção de cimento portland, massa de concreto e ladrilhos, placas e azulejos de cerâmica. Entre os motivos para essa expansão do setor, destaca-se a reativação de uma fábrica de cimento no sul do estado no início desse ano²⁹.

Tabela 7 - Variação (%) da Produção Industrial, Espírito Santo – setembro 2019

	Set. 2019 / Ago. 2019*	Set. 2019 / Set. 2018	Acumulada no ano	Acumulada nos últimos 12 meses
Indústria geral	2,5	-14,1	-13,0	-8,7
Indústrias extrativas	3,3	-10,0	-17,2	-11,5
Indústrias de transformação	1,2	-17,8	-8,7	-5,9
Fabricação de produtos alimentícios	-3,1	-12,7	-4,1	-2,2
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	1,6	-43,0	-33,9	-24,9
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	3,6	7,3	10,5	7,8
Metalurgia	7,2	-19,2	-6,4	-3,8

(*) Dados com ajuste sazonal

Fonte: PIM-PF / IBGE

Elaboração: Ideies / Findes

²⁹ A fábrica estava com a produção paralisada desde dezembro de 2017 no Espírito Santo.

Na comparação do 3º trimestre de 2019 contra o mesmo período do ano anterior, a indústria capixaba recuou -14,9%, pressionada pelos resultados negativos na indústria de transformação (-13,9%) e na extrativa (-15,9%). Entre as atividades pesquisadas, houve menor produção na fabricação de celulose e papel (-43,7%), produtos alimentícios (-10,6%) e metalurgia (-7,9%).

A redução do nível de produção de celulose e papel no estado é uma consequência da decisão da Suzano S.A em manter a política de controle dos seus níveis de estoque neste trimestre. O resultado da metalurgia permanece sob a influência da paralisação do alto forno de Tubarão da ArcelorMittal S.A. A expectativa da empresa é que o alto forno permaneça parado até o final de 2019³⁰.

Neste trimestre, a indústria extrativa do Espírito Santo foi pressionada pela redução na produção de óleos brutos de petróleo e dos minérios de ferro pelletizados.

De acordo com o relatório da Vale, maior empresa de pelletização no Espírito Santo, a produção de pelotas de minério de ferro da empresa no estado totalizou 7,8 milhões de toneladas no 3º trimestre de 2019. Esse resultado foi -12,3% menor que a produção registrada nos mesmos três meses de 2018. Essa redução ocorreu devido à paralisação das operações em Fábrica e no Complexo de Vargem Alta. Na passagem de trimestre, houve um crescimento de 25,5%, influenciado pela manutenção realizada nas plantas de Tubarão no período de abril a junho.

Em relação à produção de petróleo e gás natural, no 3º trimestre de 2019, o volume de produção no estado divulgados pela ANP reduziu -16,2% quando comparado com o mesmo período de 2018. Tanto o volume produzido de gás natural (-27,9%) como o de petróleo (-14,1%) caíram nesta base de comparação.

Tabela 8 - Variação (%) e produção de pelotas de minério de ferro da Vale – Espírito Santo

Usinas de Pelotização	Produção em mil toneladas métricas					Variação (%)		
	3T19	2T19	3T18	9M19	9M18	2T18/T119	2T19/2T18	1S19/1S18
Sistema Sudeste	7.628	6.080	8.701	21.468	24.485	25,5	-12,3	-12,3
Tubarão 1 e 2*	1012	514	1.112	2.692	2.537	96,9	-9,0	6,1
Itabrasco (Tubarão 3)	868	740	1.093	2.692	2.537	17,3	-20,6	6,1
Hispanobrás (Tubarão 4)	942	693	1.122	2.692	2.959	35,9	-16,0	-9,0
Nibrasco (Tubarão 5 e 6)	2.042	1.781	2.264	6.009	2.959	14,7	-9,8	103,1
Kobrasco (Tubarão 7)	995	841	1.232	6.009	3.462	18,3	-19,2	73,6
Tubarão 8	1.769	1.511	1.878	5.072	3.462	17,1	-5,8	46,5

Nota (*): Tubarão 2 ativada em janeiro de 2018 e Tubarão 1 ativada em maio 2018.

Fonte: Vale S.A.

Elaboração: Ideies / Findes

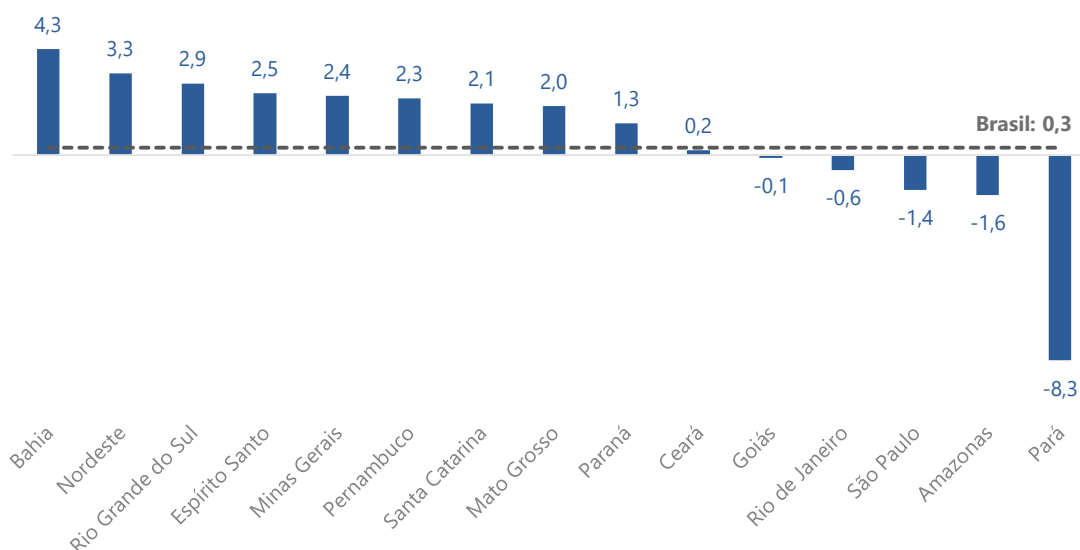
Na passagem de agosto para setembro de 2019, a PIM-PF registrou aumento de 2,5% na produção física da indústria capixaba, acima do desempenho nacional (0,3%). Entre os quinze locais pesquisados, o Espírito Santo obteve a 4ª maior variação.

Este crescimento da indústria geral no estado foi acompanhado por quatro das cinco atividades pesquisadas. Apenas o setor de produtos alimentícios (-3,1%) diminuiu a produção nesta base de comparação

³⁰ Para maiores informações, veja página 7 do relatório da ArcelorMittal S.A:

https://corporate.arcelormittal.com/~/_media/Files/A/ArcelorMittal/investors/results/previous-results/2019/pr-2019-q3-en.pdf

Gráfico 12 - Variação mensal (%) da produção industrial das regiões pesquisadas – setembro 2019 (*)



Nota (*): com ajuste sazonal

Fonte: PIM-PF / IBGE

Elaboração: Ideies / Findes

Em setembro, de acordo com os dados da ANP, produção total de P&G no estado atingiu 352,6 mil barris de óleo equivalente por dia (Mboe/d). Esse volume foi 3,5% maior do que o produzido em agosto, acima da variação registrada pelo país (-2,4%).

No total, foram produzidos no estado 305,6 Mbbl/d de petróleo e 7,5 MMm³/d de gás natural, sendo o campo Jubarte responsável, respectivamente, por 79,4% e 89,0% desse volume produzido.

Tabela 9 – Variação (%) e Produção de Petróleo e Gás Natural, Brasil e Espírito Santo – setembro 2019

Indicadores	Brasil			Espírito Santo		
	Gás Natural (MMm ³ /d)	Petróleo (Mbbl/d)	Total (Mboe/d)	Gás Natural (MMm ³ /d)	Petróleo (Mbbl/d)	Total (Mboe/d)
Produção	128,9	2.927,3	3.737,8	7,5	305,6	352,6
Variação (%) - acumulada no ano	6,3	4,7	5,1	-21,9	-16,00	-16,9
Variação (%) - set.19/set.18	14,1	17,8	17,0	-15,6	4,4	1,4
Variação (%) - set.19/ago.19	-3,3	-2,1	-2,4	6,0	2,8	3,5

Fonte: ANP

Elaboração: Ideies / Findes

O Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) nacional marcou 62,5 pontos em novembro, 3,2 pontos acima do registrado em outubro (59,3). O ICEI do Espírito

Santo registrou 65,5 pontos, 5,7 pontos superior ao registrado em setembro (60,2), apontando melhora significativa na confiança do industrial capixaba.

Gráfico 13 - ICEI - Índice de confiança do empresário industrial



* Índice: 0 a 100 pontos. Valores acima de 50 pontos indicam confiança dos empresários.

Fonte: Ideies / Findes e CNI

Elaboração: Ideies / Findes

5. Comércio Exterior

No acumulado até outubro de 2019, as exportações brasileiras totalizaram US\$ 185,5 bilhões, valor -6,9% menor que o do mesmo período de 2018, puxado pelos produtos manufaturados (-9,6%) e semimanufaturados (-5,9%).

bilhão), mostra uma desaceleração de -13,6% contra o acumulado em 2018, mantendo o comportamento dos oito primeiros meses do ano.

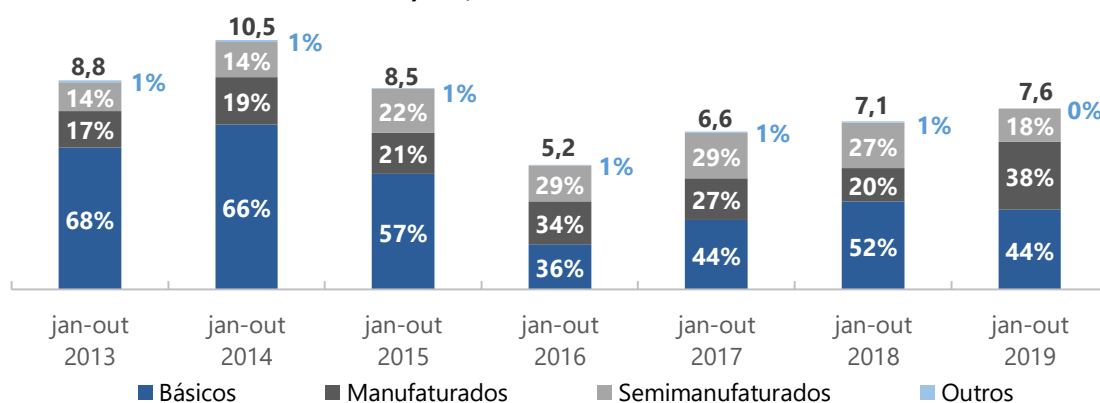
No Espírito Santo as exportações alcançaram US\$ 7,6 bilhões, de janeiro a outubro de 2019.

Resultado +7,7% superior ao de 2018. Ressalta-se que a plataforma P-68³¹, que entrou nas exportações capixabas em setembro, continuará impactando a série histórica.

Essa variação negativa está atrelada, principalmente, ao menor nível de comercialização dos produtos semimanufaturados, com redução de US\$ 530,5 milhões, referente aos produtos de celulose (-35,4%), de ferro ou aço (-22,9%) e de ferro fundido bruto e ferro "spiegel" (-16,2%). A queda na comercialização de celulose do estado pode ser explicada pela decisão da Suzano S.A em continuar produzindo abaixo da sua capacidade, conforme tratado na seção anterior.

Com isso, a análise das operações de venda para o exterior, retirando o valor da plataforma (US\$ 1,5

Gráfico 14 – Evolução da participação no total da exportação do Espírito Santo, segundo classes, US\$ FOB bilhões e % do total



Fonte: Funcex e Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços

Elaboração: Ideies / Findes

³¹ A plataforma é uma unidade de produção, armazenamento e transferência de petróleo e gás (FPSO) e estava sendo construída pelo Estaleiro Jurong na costa de Aracruz. A embarcação foi vendida no mês de setembro e entrará em operação nos campos de águas ultraprofundas na Bacia de Santos em São Paulo.

Tabela 10 – Identificação dos produtos³² com maior participação nas exportações do Espírito Santo, em US\$ e mil toneladas - 2018 e 2019

Descrição	2018*				2019*			
	US\$ mi	Part. %	Mil Ton	Part. %	US\$ mi	Part. %	Mil Ton	Part. %
1 Minérios de ferro e concentrados	2.259	32,0%	23.438	71,8%	1.792	23,6%	17.749	54,4%
2 Plataformas de perfuração ou de exploração	0	0,0%	0	0,0%	1.499	19,7%	76	0,2%
3 Óleos Brutos de Petróleo	837	11,9%	2.078	6,4%	849	11,2%	2.183	6,7%
4 Produtos semimanufaturados de ferro ou aço não ligado	1.063	15,1%	1.875	5,7%	820	10,8%	1.605	4,9%
5 Pastas químicas de madeira	775	11,0%	1.648	5,0%	501	6,6%	1.113	3,4%
6 Produtos laminados planos de ferro ou aços	483	6,9%	814	2,5%	448	5,9%	914	2,8%
7 Café cru em grão	322	4,6%	168	0,5%	439	5,8%	292	0,9%
8 Obras de mármore e granito	418	5,9%	669	2,0%	404	5,3%	683	2,1%
9 Demais produtos manufaturados	147	2,1%	109	0,3%	217	2,9%	147	0,4%
10 Tubos flexíveis de ferro ou aço	199	2,8%	12	0,0%	125	1,6%	7	0,0%
Total dos 10 produtos	6.504	92,2%	30.811	94,4%	7.093	93,4%	24.768	95,6%
Total das exportações	7.051	100%	32.656	100%	7.594	100%	25.917	100%

* valores referentes ao acumulado de janeiro a outubro

Fonte: Funcex e Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços

Elaboração: Ideies / Findes

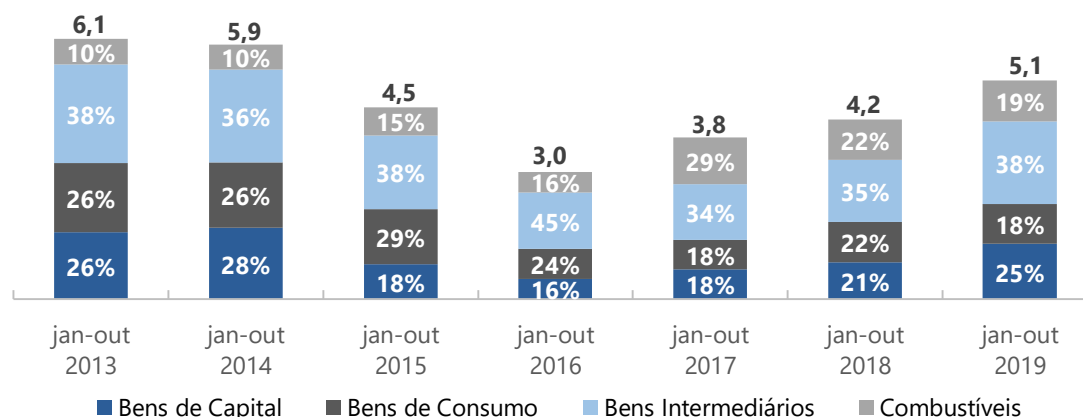
Quanto às importações, o Brasil adquiriu US\$ 150,5 bilhões de janeiro a outubro de 2019, resultado inferior ao verificado em 2018 (-0,6%), porém, acima dos totais de 2017 (+20,4%) e de 2016 (+31,4%). A categoria econômica com variação negativa mais acentuada na pauta importadora nacional foi a de combustíveis, com queda de -6,3%.

No Espírito Santo as importações atingiram US\$ 5,1 bilhões para o acumulado até outubro de

2019, mantendo a trajetória crescente e alcançando o terceiro maior resultado desde 2013.

As categorias econômicas que contribuíram para esse resultado foram, principalmente, bens de capital (+49,8%) e bens intermediários (+32,8%), no mesmo comparativo.

Gráfico 15 – Evolução da participação no total da importação para o Espírito Santo, segundo categorias econômicas, US\$ FOB bilhões e % do total



Fonte: Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços

Elaboração: Ideies / Findes

³² Identificação dos principais produtos por meio da desagregação em grupos de mercadorias, constituídos por famílias de produtos por códigos NCM-6 dígitos e NCM-8 dígitos, conforme classificação feita pela Funcex.

Tabela 11 – Identificação dos produtos³³ com maior participação nas importações para o Espírito Santo, em US\$ e mil toneladas – 2018 e 2019

Descrição	2018				2019			
	US\$ mi	Part. %	Mil Ton	Part. %	US\$ mi	Part. %	Mil Ton	Part. %
1 Hulha	748	17,9%	4.444.549	68,4%	774	15,2%	4.717.653	68,9%
2 Automóveis com motor a explosão	310	7,4%	29.856	0,5%	252	4,9%	22.760	0,3%
3 Torneiras e dispositivos semelhantes para canalizações	1	0,0%	43	0,0%	231	4,5%	2.640	0,0%
4 Outros equipamentos terminais ou repetidores	113	2,7%	243	0,0%	124	2,4%	298	0,0%
5 Outros veículos automóveis com motor a diesel	1	0,0%	99	0,0%	111	2,2%	9.644	0,1%
6 Malte não torrado	55	1,3%	103.100	1,6%	106	2,1%	210.214	3,1%
7 Outros veículos, equipados para propulsão	61	1,5%	4.494	0,1%	98	1,9%	6.875	0,1%
8 Desperdícios e resíduos de alumínio	81	1,9%	49.157	0,8%	94	1,8%	66.162	1,0%
9 Coques	76	1,8%	220.014	3,4%	89	1,7%	228.637	3,3%
10 Outros aviões e outros veículos aéreos	74	1,8%	40	0,0%	87	1,7%	81	0,0%
Total dos 10 produtos	1.520	36,3%	4.851.596	74,6%	1.966	38,6%	5.264.965	76,9%
Total das Importações	4.184	100%	6.500.396	100%	5.095	100%	6.842.860	100%

* valores referentes ao acumulado de janeiro a outubro

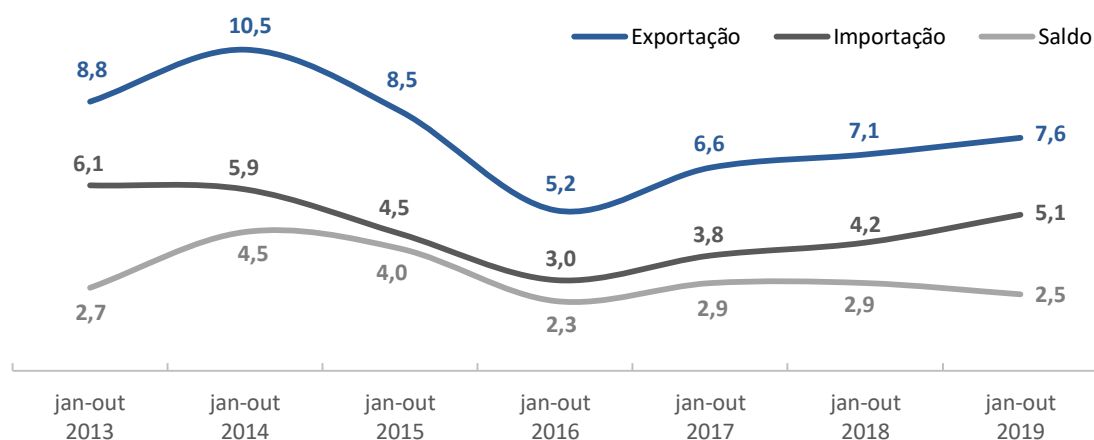
Fonte: Funcex e Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços

Elaboração: Ideies / Findes

A balança comercial capixaba ficou superavitária em US\$ 2,5 bilhões até outubro de 2019, valor -12,8% abaixo do verificado no mesmo período de 2018.

Mesmo com o valor total das exportações impactado pela P-68, no mês anterior, o saldo ficou em baixo patamar, devido ao avanço das importações em maior proporção. No Brasil o saldo da balança comercial alcançou US\$ 34,9 bilhões, resultado -26,9% abaixo do ocorrido em igual período de 2018.

Gráfico 16 – Balança comercial do Espírito Santo, US\$ FOB – milhões



Fonte: Funcex e Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços

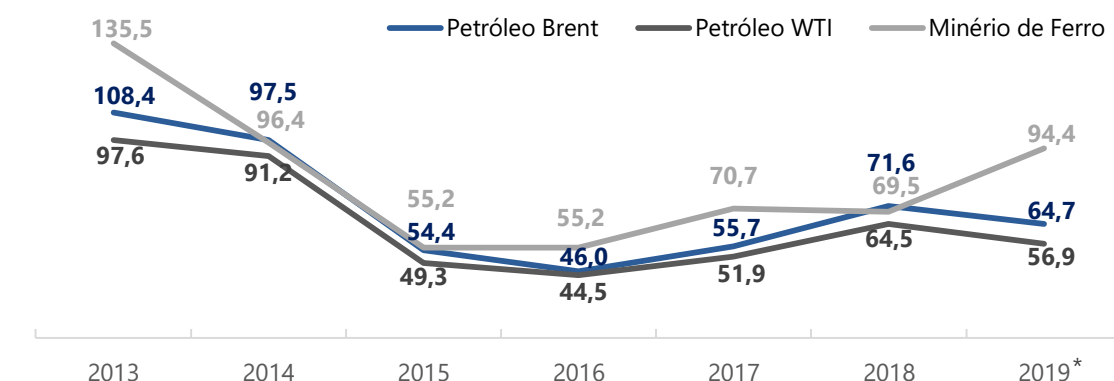
Elaboração: Ideies / Findes

³³ Identificação dos principais produtos através da desagregação em grupos de mercadorias, constituídos por famílias de produtos por códigos NCM-6 dígitos e NCM-8 dígitos, conforme classificação feita pela Funcex.

A evolução das cotações de preços das principais commodities revela, de um lado, o comportamento positivo do minério de ferro e, de outro lado, a desaceleração do petróleo, de janeiro a outubro de 2019 comparado a 2018.

A cotação do minério de ferro em outubro (US\$ 89,5) ficou -3,6% abaixo da registrada em setembro (US\$ 92,9). Já as cotações de petróleo no mercado internacional se comportaram de maneira oposta, o Brent caiu -0,9% e o WTI subiu +0,2%, ambos os valores comparados a setembro.

Gráfico 17 – Evolução das cotações das principais commodities brasileiras, em US\$ - média anual



*últimas atualizações em outubro/2019

Fonte: Investing

Elaboração: Ideies / Findes

6. Crédito

O saldo do mercado de crédito nacional totalizou R\$ 3,36 trilhões em setembro, crescimento de 1,0% no mês, resultado de expansões similares nas carteiras de crédito para famílias (+1,0%) e das operações de crédito com empresas (+1,1%).

As operações de crédito com recursos livres cresceram 1,7% no mês, com destaque para operações de crédito com empresas (2,5%) nas modalidades de desconto de duplicatas e recebíveis (12,7%), antecipação de faturas de cartão de crédito (8,7%), cartão de crédito rotativo (6,3%) e aquisição de veículos (4,9%).

Tabela 12 – Variações (%) e saldos da carteira de crédito, por tipo de tomador – Brasil e Espírito Santo

Saldo da Carteira de Crédito	Setembro/2018			Agosto/2019			Setembro/2019			
	Variação no mês (%)	Variação Interanual (%)	Saldo R\$ (Bilhões)	Variação no mês (%)	Variação Interanual (%)	Saldo R\$ (Bilhões)	Variação no mês (%)	Variação trimestral (%)	Variação Interanual (%)	Saldo R\$ (Bilhões)
Brasil										
Credito Total	0,5	3,8	3.178,2	1,1	5,2	3.326,8	1,0	2,0	5,8	3.361,3
Pessoa Jurídica	0,5	0,2	1.443,0	1,0	-1,5	1.414,8	1,1	0,5	-0,9	1.430,5
Pessoa Física	0,5	7,0	1.735,2	1,2	10,7	1.912,0	1,0	3,0	11,3	1.930,8
Recursos Livres	0,9	9,5	1.678,7	1,6	12,3	1.865,9	1,7	3,4	13,1	1.897,8
Pessoa Jurídica	1,9	10,0	775,5	1,7	8,6	826,5	2,5	2,5	9,3	847,4
Pessoa Física	0,0	9,1	903,2	1,5	15,1	1.039,4	1,1	4,2	16,3	1.050,4
Recursos Direcionados	0,0	-1,9	1.499,5	0,5	-2,5	1.460,9	0,2	0,1	-2,4	1.463,5
Pessoa Jurídica	-1,1	-9,1	667,5	0,1	-12,9	588,3	-0,9	-2,2	-12,6	583,1
Pessoa Física	1,0	4,8	832,0	0,8	5,9	872,6	0,9	1,7	5,8	880,4
Espírito Santo										
Credito Total	0,0	2,8	47,7	1,1	7,5	51,3	0,4	2,0	7,9	51,5
Pessoa Jurídica	0,2	0,8	19,3	1,6	7,1	20,6	0,3	2,1	7,2	20,6
Pessoa Física	0,1	4,2	28,5	0,7	7,7	30,7	0,5	2,0	8,4	30,8

Nota: Variação ao mês refere-se à comparação ao mês imediatamente anterior. Variação Interanual é a comparação do mês de referência contra o mesmo mês do ano anterior (variação em 12 meses).

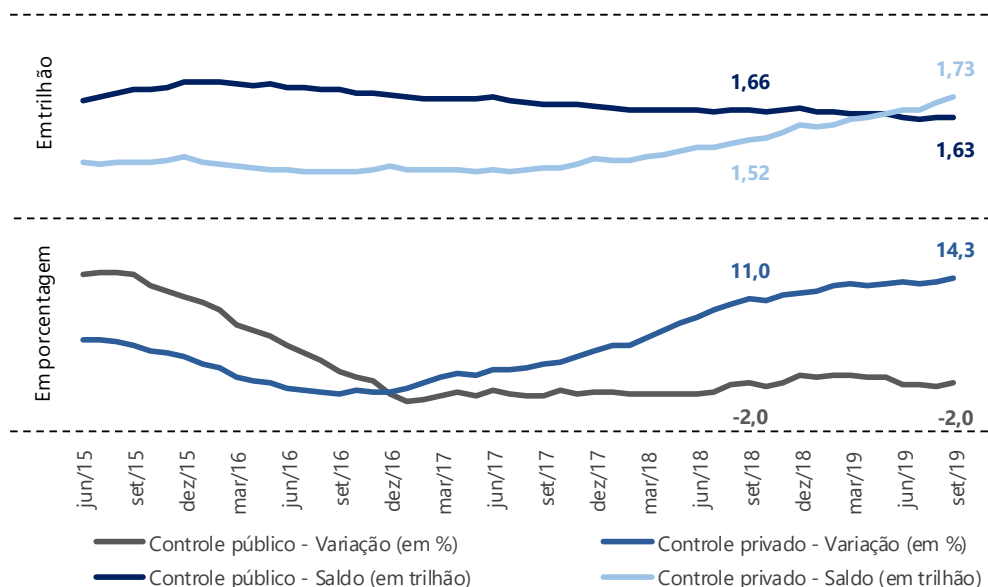
Fonte: Banco Central

Elaboração: Ideies / Findes

Quando analisado por controle de capital, as operações de crédito das instituições financeiras privadas cresceram 14,3% em setembro; comparadas com o mesmo mês de 2018, totalizando R\$ 1,73 trilhão. Este é o quarto mês em

que o volume das operações de crédito destas instituições supera o saldo das carteiras de crédito das instituições financeiras sob controle público.

Gráfico 18 – Evolução (R\$ trilhão) e variação (% em 12 meses) do saldo das operações de crédito, Brasil



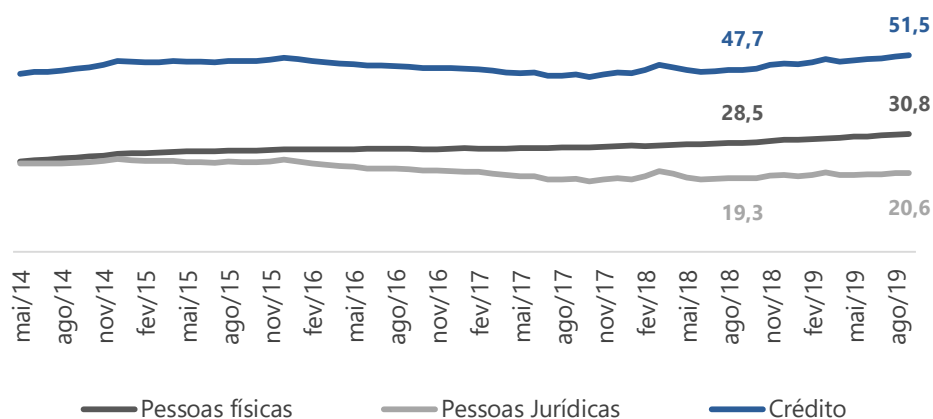
Fonte: Banco Central

Elaboração: Ideies / Findes

No Espírito Santo, a carteira de crédito de setembro totalizou R\$ 51,5 bilhões, e cresceu 0,4% em comparação com agosto, puxada pelo aumento no crédito para as famílias (0,5%). O crédito para as empresas também aumentou (0,3%) nesta base de comparação, porém, a uma taxa menor que a do mês anterior.

Em setembro a taxa de juros média atingiu 24,5% a.a. Todos os indicadores das taxas de juros das modalidades contratadas por tipo de tomador e por tipo de recursos caíram, mostrando resultados favoráveis para financiamentos a empresas e empréstimos a famílias.

Gráfico 19 – Saldo de Operações de Crédito, Espírito Santo - (R\$ bilhões)



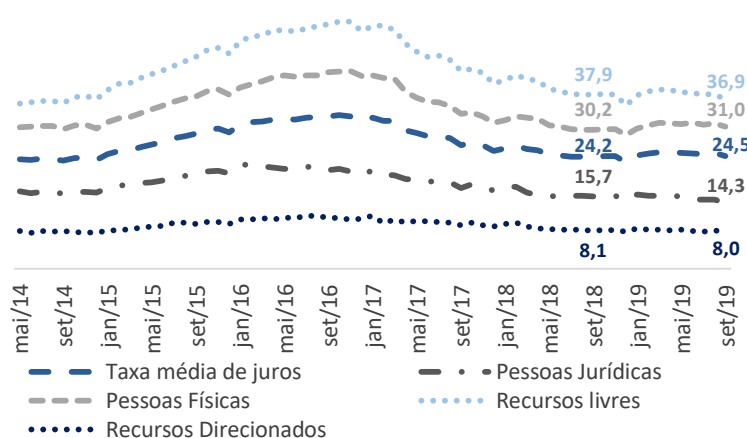
Fonte: Banco Central

Elaboração: Ideies / Findes

As taxas médias de juros das operações com recursos livres e operações de crédito com empresa foram as que mais se contraíram, em -1,0 p.p. e -0,7 p.p. respectivamente. Desde o começo do ano, a taxa Selic teve três cortes de 0,5 pontos percentuais, passando de 6,50% para 5,00%, o que contribuiu para a redução da taxa de captação e das taxas de juros.

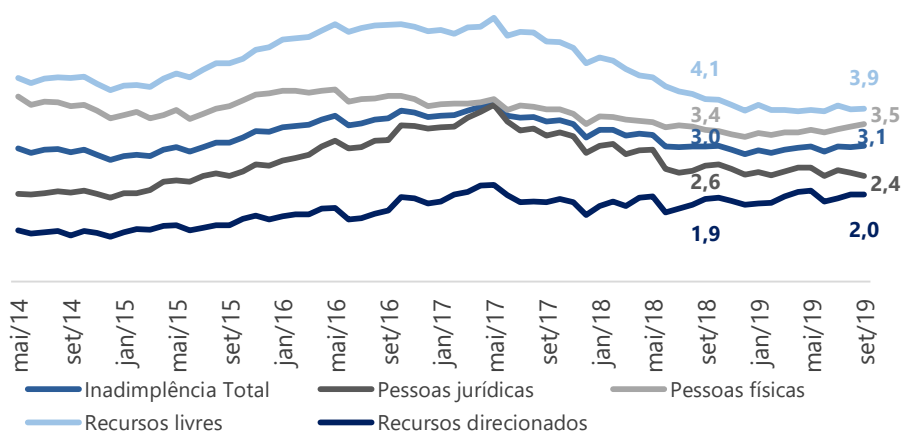
As taxas de inadimplência, por sua vez, ficaram praticamente estáveis, com leve alta de +0,1 p.p. no indicador de inadimplência total, puxado pela inadimplência da carteira de crédito com recursos livres destinada a famílias (+0,1 p.p.).

Gráfico 20 – Taxa média de juros, por tipo tomador e por tipo de recurso - Brasil (% a.a.)



Fonte: Banco Central
Elaboração: Ideies / Findes

Gráfico 21 – Taxa de Inadimplência por tipo de tomador e tipo de recurso – Brasil (%)

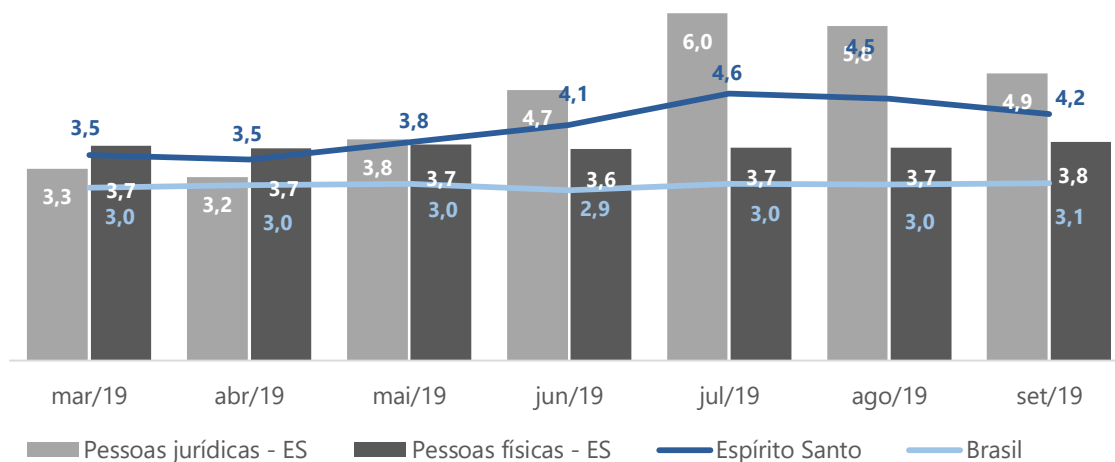


Fonte: Banco Central
Elaboração: Ideies / Findes

A taxa de inadimplência do estado, teve queda mensal de -0,3 p.p., decorrente da redução da inadimplência das operações de crédito com empresas (-0,9 p.p.), que segue seu terceiro mês de diminuição consecutiva. Já a taxa de inadimplência com famílias está estável desde junho, em torno de 3,7%.

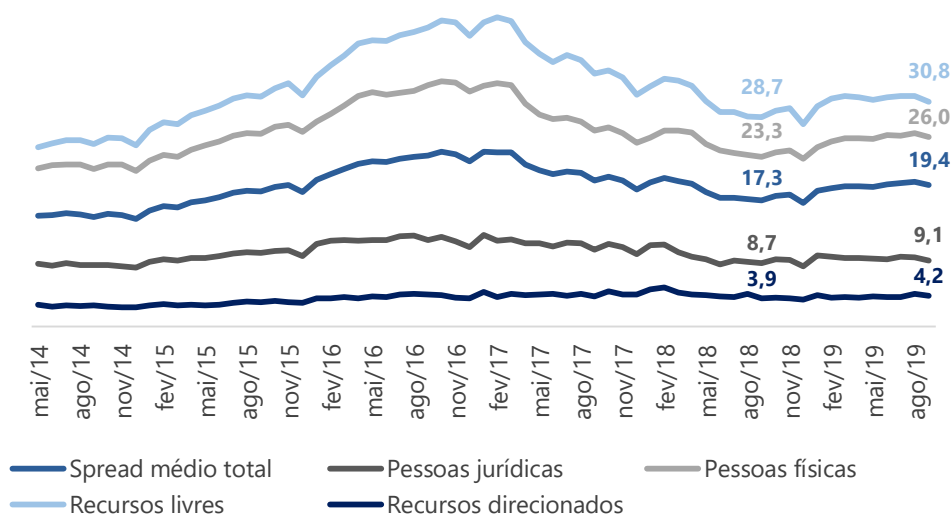
Em geral, os indicadores de spread para o país, por tipo de tomador e por segmento de crédito, reduziram em setembro. O spread médio das operações de crédito com recursos livres foi o que mais caiu, ficando em 30,8 p.p., redução explicada pelo decréscimo do spread para pessoas jurídicas nesta modalidade.

Gráfico 22 – Taxa de Inadimplência total – Espírito Santo e Brasil (%)



Fonte: Banco Central
Elaboração: Ideies / Findes

Gráfico 23 – Spread médio, por tipo de tomador e por tipo de recurso - Brasil (em p.p.)



Fonte: Banco Central
Elaboração: Ideies / Findes

Algumas das taxas de juros praticadas pelas principais instituições financeiras do país são apresentadas na tabela 13. Na primeira semana de novembro, as taxas de juros cobradas na contratação de capital de giro aumentaram ao mês e ao ano. Já taxas de juros mensais das modalidades de Desconto de duplicatas e Adiantamento sobre Contratos de Câmbio ficaram estáveis.

As taxas de juros mensais e anuais cobradas pelo Banestes diminuíram nas linhas pré-fixadas de capital de giro e aumentaram para as modalidades de Conta Garantida, Desconto de Duplicatas e Adiantamento sobre Contrato de Câmbio, nas mesmas bases de comparação.

Tabela 13 - Taxas médias de juros cobradas pelas principais instituições financeiras do varejo - Pessoa Jurídica

Período Analisado: de 01/11/2019 a 07/11/2019

Instituição	Capital de Giro até 365 dias		Capital de Giro superior 365 dias		Conta Garantida		Desconto de Duplicatas		Adiantamento Contrato Câmbio	
	% a.m.	% a.a.	% a.m.	% a.a.	% a.m.	% a.a.	% a.m.	% a.a.	% a.m.	% a.a.
Banco do Brasil	1,0	12,6	1,1	13,7	2,2	30,4	1,6	21,6	0,3	3,7
Caixa Econômica	2,4	32,5	1,6	21,1	-	-	2,3	31,8	0,5	6,3
Santander	2,9	40,3	1,9	25,5	2,3	30,6	1,3	16,3	0,3	3,5
Itaú-Unibanco	1,7	22,9	1,4	18,5	3,3	47,8	1,4	18,1	0,3	3,9
Bradesco	1,8	24,4	1,5	19,9	3,3	47,4	1,1	14,3	0,3	3,2
Banestes	2,5	34,6	2,0	26,1	2,7	37,4	2,4	33,4	0,8	9,7
Média Total	2,0	26,5	1,5	19,7	-	-	1,6	20,4	0,3	4,1
Varição Banestes*	-0,4	-6,8	-0,1	-0,7	0,2	2,6	0,1	0,8	0,2	2,3
Varição média total*	0,0	0,5	0,0	0,3	-	-	0,0	-0,7	0,0	0,5

* Variação de p.p. em comparação com as taxas do período de 01/10/2019 a 07/10/2019

Fonte: Instituições Financeiras / Banco Central

Elaboração: Depecon / Fiesp & Ideies / Findes

7. Finanças Públicas Estaduais

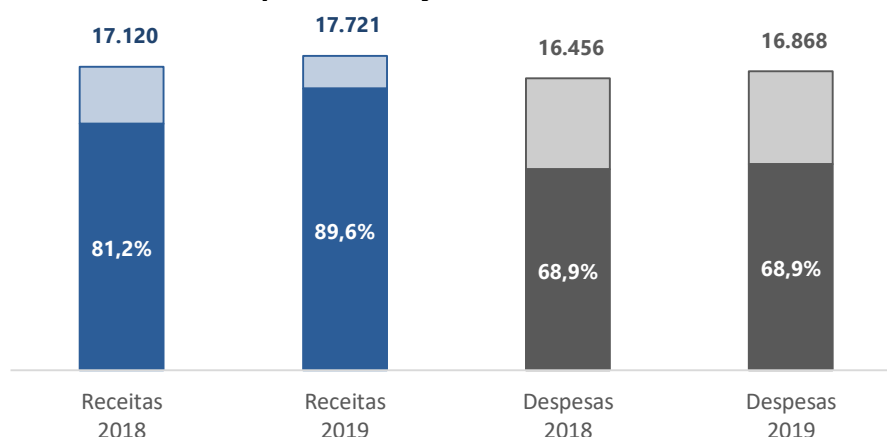
A análise das finanças públicas do Governo do Estado do Espírito Santo mostra que até o mês de outubro de 2019 houve aumento real de 14,2% nas receitas e de 2,5% nas despesas, em comparação ao realizado no mesmo período de 2018.

Como proporção do total orçado para 2019 a arrecadação

estadual até o 10º mês do ano alcançou 89,6% de realização. No caso das despesas liquidadas até outubro, a proporção chegou a 68,9% do orçamento deste ano (gráfico 24).

As receitas totais arrecadadas até o fim de outubro somaram R\$ 15,8 bilhões, enquanto as despesas liquidadas totalizaram R\$ 11,6 bilhões (tabela 14).

Gráfico 24 - Receitas e despesas orçadas para o ano (em R\$ milhões) e total realizado (em %) – Governo do Espírito Santo, janeiro a outubro - 2018 e 2019



Nota 1: Na Lei Orçamentária Anual 2019, as receitas e despesas totais previstas se igualam no valor de R\$ 17.721 milhões. No entanto, as despesas consideradas no gráfico descontam o valor de R\$ 853,2 milhões classificados como "Reserva de Contingência", que não são especificamente destinados a nenhuma categoria orçamentária.

Nota 2: Valores deflacionados pelo IPCA de outubro/2019

Nota 3: Despesas liquidadas

Fonte: Portal da Transparência ES

Elaboração: Ideies / Findes

Tabela 14 - Receitas e Despesas do Governo do Espírito Santo - 2018 e 2019 (em R\$ milhões)¹

Receitas e despesas ²	Jan - Out	Jan - Out	Varição (R\$)	Varição (%)	Previsão	Realizado
	2018	2019	2019-2018	2019/2018	2019	2019 (%)
	(a)	(b)	(b) - (a)	(b) / (a)	(c)	(b) / (c)
Receita Total	13.906	15.882	1.976	14,2	17.721	89,6
Receita Tributária	10.222	11.006	785	7,7	11.859	92,8
ICMS Total	8.610	9.305	695	8,1	9.874	94,2
ICMS - Comércio	1.618	1.803	185	11,5	1.888	95,5
ICMS - Indústria	1.430	1.496	66	4,6	1.351	110,7
Outras Receitas Tributárias	1.612	1.701	89	5,5	1.985	85,7
Transferências Correntes	4.500	4.359	-140	-3,1	5.012	87,0
FPE	1.177	1.249	72	6,1	1.357	92,0
IPI	194	170	-24	-12,4	202	84,4
Royalties e Part. Especiais	1.574	1.438	-136	-8,6	1.589	90,5
Demais Transf. Correntes	1.555	1.503	-52	-3,4	1.865	80,6
Demais Receitas	3.521	5.120	1.599	45,4	5.693	89,9
(-) Deduções da Receita	-4.337	-4.604	-267	6,2	-4.844	95,0
Despesa Total	11.337	11.623	286	2,5	16.868	68,9
Pessoal e Encargos Sociais	7.026	7.163	137	2,0	10.234	70,0
Investimentos	492	564	73	14,8	1.367	41,3
Demais Despesas	3.819	3.896	77	2,0	5.267	74,0

Nota 1: Valores deflacionados pelo IPCA de outubro/2019

Nota 2: Despesas liquidadas

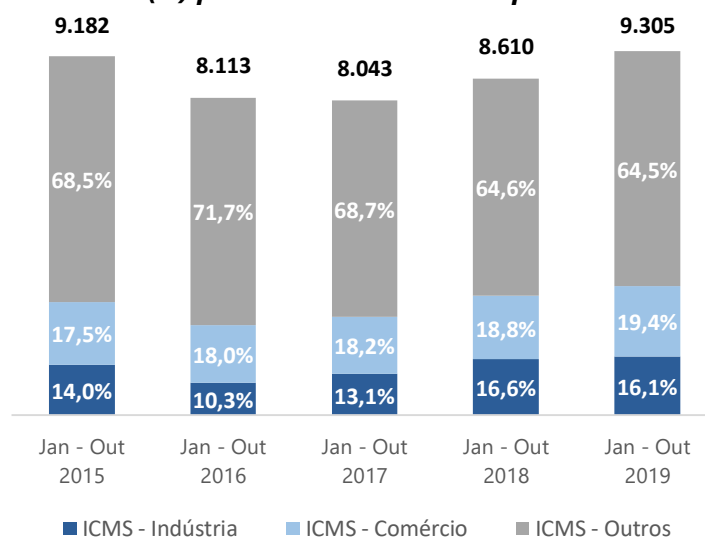
Fonte: Portal da Transparência ES

Elaboração: Ideies / Findes

A receita tributária apresentou um aumento real de 7,7% de 2018 para 2019, refletindo uma melhora da atividade econômica neste ano. O ICMS, principal componente das receitas tributárias, teve alta de 8,1% no período, totalizando R\$ 9,3 bilhões para os cofres do estado.

O crescimento real do ICMS Comércio foi de 11,5% no acumulado do ano, o ICMS Indústria, por sua vez, já proporcionou uma arrecadação maior do que a inicialmente prevista no orçamento de 2019, em 10,7%.

Gráfico 25 - Receitas de ICMS, em R\$ milhões e participação (%) por setor – Governo do Espírito



Nota: Valores deflacionados pelo IPCA de outubro/2019

Fonte: Portal da Transparência ES

Elaboração: Ideies / Findes

Ainda dentro do campo das receitas, as transferências correntes reduziram em -3,1% em comparação a 2018. Os montantes do Fundo de Participação dos Estados (FPE) cresceram 6,1%, enquanto os valores dos repasses referentes ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) caíram -12,4%.

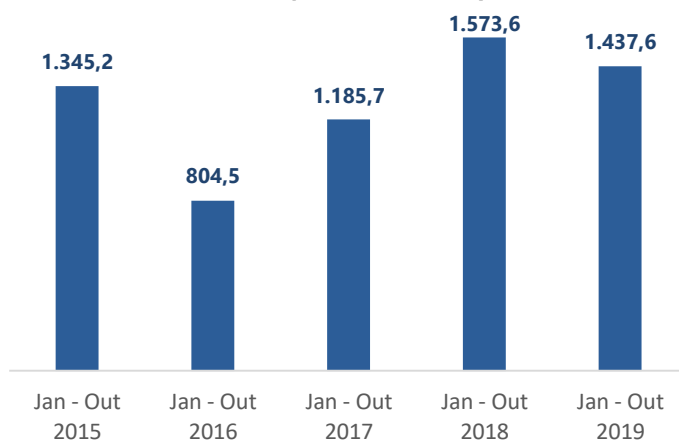
Outra queda significativa no grupo das transferências correntes se deu nas receitas de petróleo, que englobam os valores de royalties e de participações especiais repassados pela União. De janeiro a outubro deste ano foram recebidos R\$ 1,4 bilhão, montante -8,6% menor do que no mesmo período de 2018, já descontada a inflação, reflexo da queda nas quantidades da produção de petróleo no estado neste ano.

Em compensação, o estado recebeu até outubro R\$ 870 milhões de valores retroativos referentes à exploração de petróleo na região do novo Parque das Baleias, classificados como Transferências de Capital da União, e não considerados nos valores das receitas de petróleo do gráfico 26. Na tabela 14 esses valores retroativos estão agrupados na linha "Demais Receitas", contribuindo para o grande aumento proporcional do seu montante em 2019.

Na análise detalhada das despesas do Governo do Estado até outubro, os gastos com pessoal e encargos sociais alcançaram 61,6% do total. Esse grupo de despesa totalizou R\$ 7,1 bilhões, aumento real de 2,0% em relação ao mesmo período de 2018.

Os dispêndios com aposentados e pensionistas cresceu 2,9% e com obrigações patronais teve alta de 2,3%. A despesa com vencimentos e vantagens dos funcionários ativos, no entanto, caiu -3,9%.

Gráfico 26 - Receitas do Petróleo - Governo do Espírito Santo (em R\$ milhões)



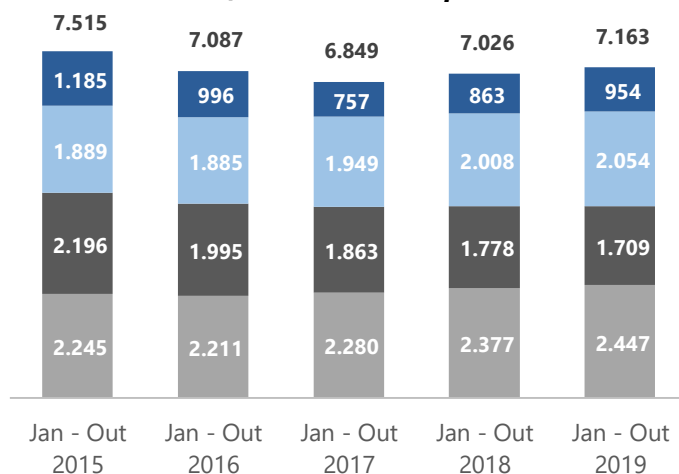
Nota 1: Valores deflacionados pelo IPCA de outubro/2019

Nota 2: inclui royalties e participações especiais; não inclui os recebimentos retroativos referentes ao acordo do Parque das Baleias

Fonte: Portal da Transparência ES

Elaboração: Ideies / Findes

Gráfico 27 - Despesas com pessoal e encargos sociais (em R\$ milhões) – Governo do Espírito Santo



■ Aposentadorias e Pensões ■ Vencimentos e Vantagens Fixas
■ Obrigações Patronais ■ Outros

Nota 1: Valores deflacionados pelo IPCA de outubro/2019

Nota 2: Despesas liquidadas

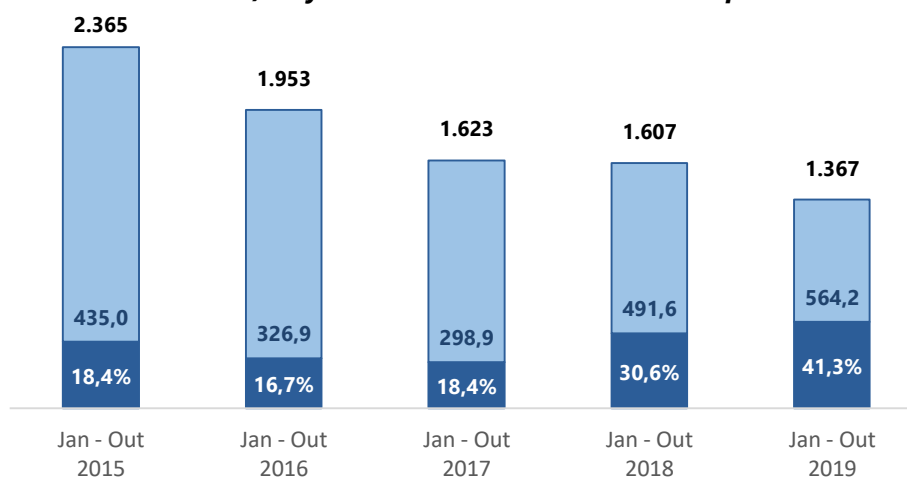
Fonte: Portal da Transparência ES

Elaboração: Ideies / Findes

Outra parte importante dos gastos públicos, os investimentos realizados pelo Governo do Estado alcançaram o maior patamar para o período analisado nos últimos cinco anos, somando

R\$ 564,2 milhões, alta de 14,8% em comparação a 2018. Esse valor, porém, ainda representa 41,3% do total orçado para os investimentos neste ano.

Gráfico 28 - Investimento total orçado para o ano (em R\$ milhões) e quantidade realizada (em R\$ milhões e em %) de janeiro a outubro - Governo do Espírito Santo



Nota 1: Valores deflacionados pelo IPCA de outubro/2019

Nota 2: Despesas liquidadas

Fonte: Portal da Transparência ES e Lei Orçamentária Anual/ES (2015-2019)

Elaboração: Ideies / Findes

Um outro olhar sobre as despesas públicas revela para quais grandes funções do orçamento os gastos são direcionados, ou seja, em qual área o dinheiro é aplicado.

A tabela 15 mostra que a Previdência Social ampliou ainda mais a participação no ranking de despesas por função do Governo do Espírito Santo, com crescimento de 2,4% em relação ao ano passado e representando 21,1% do total de gastos, enquanto a Saúde e a Segurança Pública, 2ª e 3ª colocadas, apresentaram quedas no montante de despesas em comparação a 2018.

Dentre as funções destacadas, o principal aumento se deu na de Transportes, que cresceu 30,5% entre janeiro e outubro de 2019, comparado aos mesmos meses do ano passado. Dentro da função, duas contas se destacam: os subsídios ao transporte público somaram R\$ 127,2 milhões no período, aumentando em 45,1%³⁴, enquanto os investimentos totalizaram R\$ 299,7 milhões com alta de 38,5% em relação a 2018.

A função de Transportes continua sendo a principal no que diz respeito aos investimentos públicos. Dentre as cinco maiores, a função de Urbanismo registrou aumento considerável de 2018 para 2019, enquanto Educação, Saúde e Agricultura sofreram reduções no montante de investimentos (gráfico 29).

³⁴ Em janeiro de 2019 houve reajuste do preço da passagem do Sistema Transcol (transporte metropolitano por ônibus da Grande Vitória) de R\$ 3,40 para R\$ 3,75 (+10,3%). Além disso, reportagem do Jornal A Gazeta mostrou que o subsídio por passagem que o Governo do Estado paga às empresas do sistema saiu da casa dos R\$ 0,60 que vigorou entre 2014 e 2018 para R\$ 1,06 em 2019, alta de 72,7%. Veja mais em: <https://www.gazetaonline.com.br/noticias/cidades/2019/01/valor-pago-pelo-estado-para-manter-o-transcol-tem-aumento-recorde-1014164659.html>

Tabela 15 – Despesas¹ por função – Governo do Espírito Santo (em R\$ milhões)²

Funções	Jan - Out 2018 (em R\$ milhões)	Jan - Out 2019 (em R\$ milhões)	Participação em 2019 (%)	Varição (%) 2019/2018
Previdência Social	2.397,0	2.455,3	21,1%	2,4%
Saúde	2.253,6	2.224,3	19,1%	-1,3%
Segurança Pública	1.847,0	1.819,1	15,7%	-1,5%
Educação	1.762,8	1.768,3	15,2%	0,3%
Encargos Especiais	993,3	1.156,4	9,9%	16,4%
Administração	543,8	534,5	4,6%	-1,7%
Direitos da Cidadania	465,3	464,9	4,0%	-0,1%
Transporte	390,9	510,0	4,4%	30,5%
Agricultura	209,8	178,2	1,5%	-15,1%
Outros ³	473,5	512,2	4,4%	8,2%
Total	11.336,9	11.623,1	100,0%	2,5%

Nota 1: Despesas liquidadas

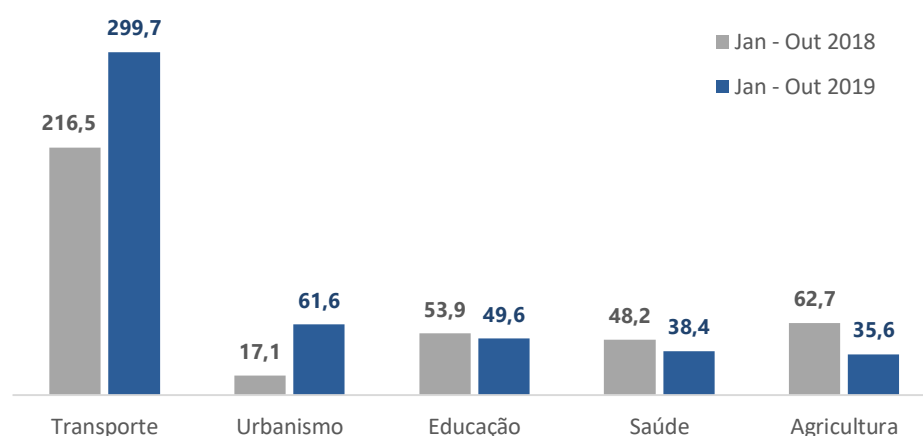
Nota 2: valores deflacionados pelo IPCA de outubro/2019

Nota 3 : a categoria "Outros" engloba as seguintes funções: Essencial à Justiça, Assistência Social, Urbanismo, Ciência e Tecnologia, Saneamento, Gestão Ambiental, Comércio e Serviços, Cultura, Desporto e Lazer, Comunicações, Indústria, Habitação, Trabalho.

Fonte: Portal da Transparência ES

Elaboração: Ideies / Findes

Gráfico 29 - Principais Investimentos, por função (em R\$ milhões) - Governo do Espírito Santo



Nota 1: Valores deflacionados pelo IPCA de outubro/2019

Nota 2: Despesas liquidadas

Fonte: Portal da Transparência ES

Elaboração: Ideies / Findes

Box 1 - Espírito Santo aprova reforma da Previdência estadual

Foi aprovada no último dia 25 de novembro a PEC nº 27/2019 que trata da reforma da Previdência dos servidores estaduais do Espírito Santo. As principais mudanças propostas pelo Governo do Estado e aprovadas pela Assembleia Legislativa buscaram replicar as regras da reforma nacional aprovada para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e para o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) da União.

Ou seja, os novos servidores que ingressarem no serviço público do Estado do Espírito Santo precisarão cumprir a idade mínima para aposentadoria de 65 anos para os homens e de 62 anos para as mulheres. No caso dos professores, também foi mantida a regra da reforma nacional, com idade mínima de 60 anos para os homens e 57 para as mulheres. Outra mudança importante foi a elevação da alíquota de contribuição dos servidores ativos, dos atuais 11% para 14%, o que entra em vigor 90 dias após a promulgação da PEC. Segundo o Governo do Estado, a proposta deve proporcionar uma economia de cerca de R\$ 3 bilhões em dez anos³⁵.

Outras mudanças que ainda deverão ser regulamentadas via Lei Complementar dizem respeito às regras de transição para os atuais servidores e aos critérios especiais de aposentadoria de algumas categorias, como os policiais civis, agentes penitenciários, e outros.

O Espírito Santo já havia feito duas importantes reformas no seu sistema de Previdência dos servidores públicos, a primeira em 2004, quando aconteceu a chamada segregação das massas. Com ela, os servidores entrantes até 2004 permaneceram no plano financeiro, que funciona no sistema de repartição, em que os servidores ativos contribuem para o pagamento dos benefícios dos inativos, enquanto os servidores que entraram após

2004 já passaram a compor o plano previdenciário, que funciona em regime de capitalização, em que cada servidor contribui para uma conta que será capitalizada no longo prazo, e os rendimentos ampliarão os recursos para pagamento dos benefícios destes próprios servidores no futuro. O plano financeiro tem déficit crescente, mas os valores dos dois fundos não podem ser misturados.

Em 2013 foi criada uma previdência complementar para os servidores públicos estaduais, impondo aos novos entrantes o valor dos benefícios condicionados ao teto do INSS. Para receber aposentadorias ou pensões acima do teto do INSS, os servidores ingressantes após 2013 precisariam contribuir a mais para a previdência complementar.

Mesmo com essas importantes reformas anteriores, a situação da previdência do Espírito Santo continua sendo uma das mais complicadas dentre os estados brasileiros. Isso porque o sistema capixaba tem uma proporção de um ativo para cada aposentado, a quinta pior proporção do país³⁶.

O déficit do plano financeiro chegou a R\$ 2,15 bilhões em 2018, valor que o Governo do Estado precisou destinar para cobrir o rombo, o que faz da Previdência Social a principal função de despesas do orçamento estadual. A previsão atual era de que o déficit continuasse se ampliando até 2032, quando começaria a regredir. Com as mudanças da reforma aprovada na Assembleia Legislativa, é esperado que os déficits sejam atenuados, apesar de não revertidos, o que poderá ajudar a aliviar a pressão cada vez maior dos gastos previdenciários sobre as contas públicas.

³⁵ Veja em: <https://www.agazeta.com.br/es/economia/reforma-da-previdencia-do-es-vai-trazer-economia-de-r-3-bi-em-10-anos-1119>

³⁶ Veja mais em: <https://www.gazetaonline.com.br/noticias/economia/2019/02/espírito-santo-tem-um-aposentado-para-cada-servidor-na-ativa-entenda-1014168779.html>

8. Comentários Finais

No último mês de outubro a inflação brasileira alcançou 2,54% no acumulado em 12 meses, descendo abaixo do intervalo de tolerância (2,75%) do centro da meta (4,25%) de inflação para 2019. Na região metropolitana da Grande Vitória o IPCA em 12 meses até outubro acumula 1,71%.

O IPCA-15 de novembro, indicador que serve como prévia do índice de inflação oficial, foi divulgado no último dia 22 marcando 0,14% para o mês, menor patamar dos últimos 21 anos. Isso reforça a tendência de uma nova queda na inflação acumulada em 12 meses e as apostas para nova redução da taxa Selic na reunião de dezembro do Comitê de Política Monetária (Copom).

Ainda em novembro o dólar chegou a ultrapassar a barreira dos R\$ 4,20, mas o presidente do Banco Central ressaltou que a depreciação do câmbio não deteriorava as expectativas de inflação.

Em relação à atividade econômica no país, o IBC-Br indica alta de 0,99% no acumulado em 12 meses até setembro. Para o indicador do Espírito Santo no mesmo período registra-se elevação de 0,09%.

Observado o desempenho da economia por grandes setores a partir das pesquisas mensais do IBGE, o Brasil tem alta no comércio (1,5%) e nos serviços (0,7%), com recuo de -1,4% na indústria, no acumulado em 12 meses até setembro. Para o Espírito Santo o desempenho é positivo apenas nas vendas do comércio, com alta de 5,8%, enquanto o volume de serviços e a produção física da indústria acumulam quedas de -0,7% e -8,7%, respectivamente.

Em relação ao mercado de trabalho, a taxa de desocupação medida pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua / Trimestral apresentou queda no 3º trimestre de 2019, tanto para o Brasil (com 11,8%) quanto para o Espírito Santo (10,6%).

No mercado de crédito o país registrou alta mensal de 1,0% no volume total da carteira em setembro, enquanto o estado teve crescimento de 0,4%. Na variação interanual, o Brasil acumula elevação de 5,8% em relação a setembro de 2018, e o saldo de crédito capixaba sobe 7,9%. Ainda no mês de setembro, destaque para a queda da taxa média de juros das operações de crédito no Brasil,

passando de 25,1% a.a. para 24,5% a.a., refletindo, também, no spread que caiu de 19,9% a.a. em agosto para 19,4% a.a. no mês seguinte.

Indicadores mais recentes, referentes ao mês de outubro, mostraram desempenho positivo no mercado de trabalho nacional e capixaba, com criação de 70,8 mil novas vagas com carteira assinada no Brasil e 1,9 mil no Espírito Santo. Em ambos os casos a criação de novas vagas foi impulsionada, principalmente, pelos setores de comércio e serviços.

No comércio exterior as exportações do Brasil acumulam US\$ 185,5 bilhões no ano até outubro, enquanto no Espírito Santo somam US\$ 7,6 bilhões. No mesmo período, as importações nacionais foram de US\$ 150,5 bilhões e as capixabas de US\$ 5,1 bilhões. Dessa forma as balanças comerciais têm saldo positivo de US\$ 34,9 bilhões para o país e de US\$ 2,5 bilhões para o estado no acumulado do ano.

Nas finanças públicas o Governo do Espírito Santo, no acumulado para o ano até outubro, chegou a R\$ 15,8 bilhões arrecadados, crescimento de 14,2% em relação ao mesmo período do ano passado. No caso das despesas liquidadas, o total foi de R\$ 11,6 bilhões, aumento de 2,5% em comparação aos dez primeiros meses de 2018.

Outro ponto de destaque e impacto para as finanças públicas estaduais foi a aprovação da proposta da emenda constitucional da reforma da Previdência do Espírito Santo.

No campo político os destaques econômicos de novembro ficaram por conta da promulgação da reforma da Previdência e da aprovação no Senado da chamada “PEC paralela” que pretende incluir estados e municípios na reforma previdenciária, e agora segue para análise na Câmara dos Deputados. Também neste mês aconteceu o envio de um conjunto de Propostas de Emenda à Constituição, apelidado de “Pacote Mais Brasil” por parte do Governo Federal ao Congresso Nacional. São três PECs, que tratam do pacto federativo, de fundos públicos e de ações emergenciais em relação aos gastos públicos. A expectativa agora fica por conta da velocidade de tramitação destas propostas, que só deverão ser aprovadas em 2020.

Lista de Siglas e Fontes dos indicadores utilizados nesta publicação

- ACC:** Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio
ANP: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
Anatel: Agência Nacional das Telecomunicações
BC: Banco Central do Brasil
BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Cade: Conselho Administrativo de Defesa Econômica
Caged: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CMN: Conselho Monetário Nacional
CNAE: Classificação Nacional de Atividades Econômicas
Copom: Comitê de Política Monetária
Fecomércio-ES: Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Espírito Santo
Fed: Federal Reserve – Banco Central dos Estados Unidos
Fiesp: Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
Findes: Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo
FMI: Fundo Monetário Internacional
Focus: Relatório semanal organizado pelo BC, com expectativas de mercado de cerca de 130 instituições
FPE: Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal
FOB: “Free On Board”
Funcex: Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior
Fundeb: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IBC: Índice de Atividade Econômica do Banco Central
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRE/FGV: Instituto Brasileiro de Economia / Fundação Getúlio Vargas
IC-Br: Índice de Commodities Brasil
ICEI: Índice de Confiança do Empresário Industrial
ICMS: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IJSN: Instituto Jones dos Santos Neves
IPI: Imposto sobre Produtos Industrializados
IR: Imposto de Renda
LCA: LCA Consultores
MDIC: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
MTE: Ministério do Trabalho
IPCA: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
Pasep: Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PIB: Produto Interno Bruto
PIM-PF: Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física
PMC: Pesquisa Mensal do Comércio
PMS: Pesquisa Mensal de Serviços
RMGV: Região Metropolitana da Grande Vitória
SEFAZ: Secretaria de Estado da Fazenda
Selic: Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
SIGEFES: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo
SIUP: Serviços Industriais de Utilidade Pública
STN: Secretaria do Tesouro Nacional

BOLETIM ECONÔMICO CAPIXABA

Publicação do Ideies – Instituto de Desenvolvimento Educacional e Industrial do Espírito Santo

ISSN 2595-9247

Entidade da Fines | Gerência de Estudos Econômicos

Revisão

Marcelo Barbosa Saintive

Silvia Buzzone de Souza Varejão

Elaboração

Seção Destaque - Balmore Alírio Cruz Aguilar e Jordana Teatini Duarte

Cenário Econômico – Jordana Teatini Duarte

Mercado de Trabalho – Thais Maria Mozer

Desempenho Industrial – Thais Maria Mozer

Comércio Exterior – Taíssa Farias Soffiatti

Crédito – Balmore Alírio Cruz Aguilar

Finanças Públicas Estaduais – Rodrigo Taveira Rocha

Comentários Finais – Rodrigo Taveira Rocha

 (27) 3334-5689 |  ideies.org.br |  @ideies |  (27) 98818-2897